

## **“Je m’accuse devant vous, ó mon Dieu, de tous les péchés dont je suis coupable”: a antropologia como ciência do colono? <sup>1</sup>**

**José Pimentel Teixeira<sup>2</sup>**

Em 2000 comecei a leccionar no então muito recente curso de antropologia na Universidade Eduardo Mondlane, a primeira formação superior na disciplina realizada em Moçambique. Naquela época o plano de cursos implicava um bacharelato em ciências sociais com a duração de três anos, ao qual se seguia um biénio para a realização de licenciatura, para a qual havia três opções: administração pública, antropologia e sociologia.<sup>3</sup> As minhas prelecções decorriam nesse biénio, ao qual os alunos acediam após algumas disciplinas introdutórias à antropologia. No seu início eu perguntava-lhes as causas da opção por aquela licenciatura e quais as suas expectativas, intelectuais e profissionais. Sempre esperava que fosse invocada a inspiração de Eduardo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Frelimo, vulto cuja memória está muito presente no quotidiano, inclusivamente dando o nome à universidade que nos acolhia. Isso também porque ele fora um dos raríssimos moçambicanos a concluir estudos superiores durante o regime colonial, sendo comumente referido como antropólogo,<sup>4</sup> e de uma sensibilidade antropológica ser visível tanto na sua obra fundamental, *Lutar por Moçambique* (Mondlane 1995 [1969]), como na sua autobiografia literária *Chitlango, Filho de Chefe* (Khambane, Clerc, 1990).<sup>5</sup> Mas ele raramente era referido, e nunca espontaneamente. Tornou-se-me óbvio que, para a

---

<sup>1</sup> Este capítulo é uma derivação do texto *O Desluzte da Antropologia (em Moçambique)*, apresentado no colóquio “Moçambique no Contexto da África Austral e os Desafios do Presente: Repensando as Ciências Sociais”, Conferência em Memória de Ruth First na passagem dos 25 anos do seu assassinato”, CEA-UEM (Maputo, Agosto de 2007).

<sup>2</sup> jpimteix@gmail.com

<sup>3</sup> Sobre o ensino universitário de ciências sociais em Moçambique naquela época ver Silva (c. 1999).

<sup>4</sup> A ideia generalizada de Mondlane como antropólogo (Green 1995) é formalmente incorrecta, dado que se pós-graduou em sociologia (Harris 1995, Sansone 2014). Essa representação derivará tanto das temáticas abordadas nas suas teses como do facto de ter sido orientado pelo célebre Herskovits – sobre o percurso teórico deste autor ver Jackson (1986) e D’Azevedo (2009), este em registo mais memorialista. E ver Herskovits (1959) sobre a sua visão sobre África no período inicial das independências continentais - também afluando as situações nas colónias portuguesas -, explicitando a importância da realização de estudos e investigação académica por africanos para a formação das lideranças políticas anticoloniais. Para a sua interacção com Mondlane ver Sansone (2014).

<sup>5</sup> Para a biografia de Eduardo Mondlane ver Silva, José (1991), Silva (1999), Manghezi (1999).

maioria dos alunos, o vulto político ocultava o seu perfil intelectual, assim não influenciando os discentes nas suas opções disciplinares.

Mas nessas ocasiões sempre alguns alunos referiam a essência colonialista da antropologia. Tanto o aconteceu que indaguei junto dos meus colegas, responsáveis pelas disciplinas precedentes de antropologia, se seriam eles a veicular tal perspectiva. Afiançaram-me que não o eram. O que me evidenciou ser aquela a imagem generalizada no vulgo, e porventura reforçada por docentes de outras áreas científicas.

Certo dia, numa dessas sessões, um jovem aluno, quando perguntado sobre os motivos da sua apetência por esta área de estudos, mesclando uma evidente candura com um sonoro entusiasmo, extremou a resposta, proclamando o que era talvez uma posição geral: “*estou aqui para aprender a ciência do colono*”. Diante de tamanha veemência, e surpreendido pela deliciosa formulação, fui mais fraco do que eu-mesmo e ri-me, logo tentando remediar o evidente erro pedagógico - até desrespeitoso -, procurando incentivar um debate sobre a questão. Desejavelmente inconclusivo, como se impunha, dado que essa seria uma questão a compreender ao longo dos estudos e não num primeiro dia.

Ao longo dos anos convivi com esta ideia. Não só entre os alunos, futuros colegas, mas também em parceiros de outras disciplinas, nestes casos por vezes *en passant*, até em modalidades risonhas. Outras temperada com algum acinte, na invectiva de estarem os antropólogos debruçados em minudências, sobre itens ditos “culturais”, como se apegados a um passado sempiterno. Forma, implícita, de recuperar o velho epíteto, muito usado na alvorada do país, do “obscurantismo”, como se nós, antropólogos, dele fossemos cultores, pois primitivistas. Assim adeptos daquilo que, no país, é tantas vezes visto como obstáculo ao desejado desenvolvimento.

\*\*\*\*\*

1. Sei que este tipo de alusões às experiências de terreno, também ditas “vinhetas etnográficas” – mesmo que um nada exótico relato de *campus* universitário -, integram pressupostos intelectuais e formais da literatura de viagens (Pratt 1992, Seixo 1997). E que através delas se costuma procurar a demonstração da experiência empírica, como se verdadeiras vinhetas selando a autoridade do antropólogo (Pratt 1986: 31-34). Mas julgo um exagero cingi-las a essas estratégias legitimadoras. Acima de tudo elas ajudam

a explicitação e a leitura (Firth 1975: 5). Assim as utilizo, trechos nada legitimadores mas apenas iluminando algumas etapas do meu processo compreensivo.

Ademais, considero que as actuais estratégias de legitimação da corporação antropológica radicam alhures, em especial nas modalidades de auto-representação autoral e na afirmação da autoconstrução dos investigadores através da absorção reconfiguradora dos efeitos das “subjectividades etnográficas” produzidas nos terrenos (Clifford 1998), aquando da “observação relacional” (Spencer 2010). No seu cerne estão concepções éticas do exercício disciplinar (Geertz 2000b) assentes na responsabilidade política face aos contextos estudados (Caplan 2003: 27).

A vasta (auto)crítica disciplinar do último terço de XX convocou uma prática o mais possível expurgada das suas condicionantes sociais. Foi apontado o viés analítico devido ao etnocentrismo subjacente às construções teórico-conceptuais, tendente a uma estéril taxonomia comparativista (Leach 1961a). E salientado o quanto a englobante “situação colonial” (Balandier 1951) moldara, e maculara, o património da antropologia (p. ex. Levi-Strauss 1966). Consciência que a esta tornou mais atreita do que as outras ciências sociais à autocrítica e à constante procura de renovação (Nyamjoh 2012).

A historicidade da produção do conhecimento social era problemática anterior, expressa desde XIX, de Dilthey a Weber (Bergstraesser 1999). O que apelou a uma análise dos processos de constituição das ciências sociais (Bourdieu 1997b: 98-99). Esta tenaz crítica gerou um mal-estar com a história disciplinar, que passou a ser considerada sob o prisma do “remorso do homem antropólogo”, que descobria os seus antecessores espirituais sob poderes fácticos que a história veio a condenar. Esta era uma preocupação já antiga na corporação,<sup>6</sup> e que se veio a encarnar no arquétipo da investigação colonial como poluída, exercida por um sujeito em conúbio com as administrações e imbuído dessa situação colonial e suas prerrogativas, pois homem,

---

<sup>6</sup> “Anthropologists of the first three phases were primarily concerned with charting the world of social phenomena they observed (...) They recognized that the nature and position of the observer were significant to this. (One of our colleagues in the 1930s even suggested that a curriculum vitae, including IQ, of the anthropologist be appended to every field report!) But the magnitude and urgency of the anthropological task, as they saw it, led them to regard this problem of “observer-effect” as marginal to their job of recording and interpreting. They opted for a “common-sense” approach, and accordingly have to pay the penalty in a period when “common sense” is out of fashion.” (Firth 1975: 9). Nos EUA desde a era de Mead que se apelou a uma terapêutica dedicada a expurgar as projecções dos antropólogos nas suas análises (Rabinow 2007: 98-99).

branco, ocidental, de classe média.<sup>7</sup> Assim dito agente da “ciência colonial” (Castelo 2012: 391), mero produto dos preconceitos de gênero, raciais, coloniais e do (euro e etnocêntrico) racionalismo iluminista ocidental (Biehl, Good, Kleinman 2007: 8). Em suma, tratou-se da inquietação face a que “The point is that anthropological representations bear as much on the representer's world as on who or what is represented” (Said 1989: 224).

Isso esmaeceu a segurança disciplinar e deslocou o âmago epistemológico para o investigador, tornado não apenas sujeito mas também principal instrumento de pesquisa, uma incerteza assim sumariada por Geertz: ‘What sort of scientists are they whose main technique is sociability and whose main instrument is themselves?’ (2000a: 94). Algo que trouxe anseios purificadores e estratégias disciplinadoras da disciplina e tornou para muitos regra a explicitação da posicionalidade do investigador, não como deriva intimista mas para detalhar esse seu ponto de tomada de vista e as formas como este afecta a pesquisa e o produto analítico (Elie 2006: 53, Gupta, Ferguson 1997a: 37-38).

Tudo isso implicou que a legitimidade das abordagens se tenha radicado nas posturas metodológicas, deslizando a identidade da antropologia para a confluência das práticas individuais dos seus praticantes, qual súmula do conteúdo político das modalidades que estes assumem para tornear os seus constrangimentos. Havia sido denunciada a visão objectivista colonial como desumanizadora dos interlocutores, tratando-os como meros objectos apreensíveis, quais quaisquer outros recursos extraíveis, veras matérias-primas para as ascensões profissionais dos investigadores, e face aos quais não se exercia qualquer obrigação moral de retribuição, enquadramento constitutivo de um “colonialismo científico” (Lewis 1973: 584), tantas vezes frutificando através da assimétrica relação racial, usufruindo de uma “black-to-white servility that has enabled anthropologists in other parts of Africa to elicit information even from unwilling Native”, como precocemente apontara Audrey Richards (1941: 45). Como reacção afirmou-se uma postura moralista, exaltando uma antropologia

---

<sup>7</sup> Algo explícito em Maquet (1964), Clifford (1997: 197), Stocking (1991a: 5, 1991b). E ao que se pode juntar a heterossexualidade, em contextos intelectuais onde esta, em particular se masculina, surge (em curso verbal não transcrito a texto) como obstáculo à atenção e compreensão às temáticas feminin(ist)as e homossexuais, usualmente ditas “gênero”.

“engajada”, esta última característica reclamada até como epistemologia (Gellner 1995a).<sup>8</sup>

Em alguns contextos estas questões já não serão prementes. Há mais de uma década Pina-Cabral (2006a: 177) escreveu que “após a reviravolta pós-moderna dos anos 80/90 ... entrámos num período de reconstrução metodológica e de consolidação teórica, em que o passado da disciplina volta a ser abertamente assumido, como uma inspiração para o futuro”, anunciando o fim da crise póscolonial (Pina-Cabral 2010b), e talvez prenunciando o encerramento destas derivas. E considerando que muita desta polémica advém da indistinção entre uma epistemologia filosófica e a análise sociológica da história das ideias, impeditiva de uma melhor ponderação do legado disciplinar (Pina-Cabral 2006b: 668).

Por isso voltar à temática talvez seja anacrónico, e até excêntrico a este trabalho. E desajustado se num registo dicotómico, optando seja pela reafirmação das ligações entre antropologia e administrações coloniais, como agente de reprodução das assimetrias, implícitas ou explícitas, na era colonial (Asad 1973b),<sup>9</sup> seja pela defesa do estatuto científico, qual impoluto, da disciplina (Lewis 2007, 2014). Uma bipolarização desnecessária, pois é obscurecedora da pluralidade das articulações que aconteceram (Berger 2010: 117, L’Estoile 2000: 293, Pels, Salemink 1994, Stocking 1991a),<sup>10</sup> dos seus efeitos teóricos e metodológicos e da sua hipotética continuidade, e da complexidade das questões práticas e éticas que esse legado impõe à disciplina.

Mas a visão da antropologia como espaço (trans)cultural comum de conteúdos (trans)disciplinares, uma “metatradução” (Pina-Cabral 2005a, 2006b), não apaga que os diversos contextos de formação e exercício – mesmo que coetâneos – implicam fissuras e fracturas. Algo que tende a ser elidido pelo mito da superioridade dos intelectuais, como se estes autónomos, operando por opções teóricas e metodológicas conscientes, até instrumentais, quais corolários de uma omnisciência racional (Bourdieu 1998a: 1-8), livres do contexto circundante.

---

<sup>8</sup> “Os intelectuais identificam-se descaradamente com interesses nacionais, de classe ou outros e transformam mesmo essa identificação numa virtude. O *engagement* acaba por substituir a *prova* como legitimação do acordo.” [realces do autor] (Gellner 1995a: 146).

<sup>9</sup> O registo de invectiva, típico de momentos iniciais de um debate, encontra-se em alguns textos dessa celebrizada colectânea. Mas é notório que o organizador (Asad 1973a) apresenta uma visão de uma crítica ponderada, assim frutífera.

<sup>10</sup> Como refere Cooper (2004b: 34) as relações dos antropólogos com as administrações coloniais integraram colaboração e crítica aos regimes.

Mas essa superioridade não (me) é real. Encontrei no campo intelectual moçambicano esta desvalorização da antropologia como factor colonial, adversa à sua sedimentação, ao invés do acontecido com outras ciências sociais,<sup>11</sup> um processo que foi algo recorrente nos países africanos.<sup>12</sup> Uma desvalorização local baseada na história recente nacional mas também num feixe de influências externas, incrementadas pelos processos de interacção universitária e científica: a da academia sul-africana, cuja história intelectual torna particularmente receptiva e refractora das visões de alguma academia norte-americana, de radical mescla de criticismo póscolonial e do (pós?)marxismo foucauldiano que naquela actualmente segue dominante (Ortner 2016), imersa na demanda pancrática, o “power shift” aludido por Ortner (2006: 3-11); a de correntes intelectuais críticas vigentes no Brasil (Ribeiro, Escobar 2008), que sendo ligadas aos processos indigenistas (Viegas 2007: 17-18) se articulam com a reinserção das questões africanas nas reconfigurações identitárias naquele país (Hernandez 2016, Souza 2016) e cuja influência no país terá também que ser analisada na sua interacção com o projecto de extroversão brasileira de cariz imperialista neste início de XXI (Leite, Pomeroy, Suyama 2015, World Bank 2012); e, ainda, a de linhas além-antropologia vigorosas em Portugal (Santos 2003b). Esse contexto marcou a minha reflexão e o meu exercício, na docência e na investigação, muitas vezes em termos reactivos, mais que não seja devido ao confronto com a maturação da ideia da desnecessidade da disciplina (Mafeje 2001: 54).

É a um outro nível que se me impõe o regresso à (auto)crítica disciplinar, pois aquelas imputações estão presentes nas expectativas sobre o papel da antropologia no processo desenvolvimentista moçambicano, expectativas que foram variáveis segundo os conteúdos predominantes dos projectos de configuração deste último, os quais foram sempre ecoando os debates e polémicas sobre a absorção de modelos sociais externos (Ngoenha 1994). Isto cruza-se com uma temática abrangente, dado que o anátema colonialista não só tende a esvaziar de significado a tradição antropológica como também, *in toto*, o pensamento ocidental sobre África,<sup>13</sup> resumido – de modo basto deficitário - a produto euro/etnocentrista (Mafeje 2001: 36), alimentando uma postura

---

<sup>11</sup> Abordo esse tema no capítulo VII.

<sup>12</sup> Como referem Copans (2007b), Magubane (1996), Magubane, Faris (1985), Nkwi (2008), Nyamnjoh (2012).

<sup>13</sup> Ou mesmo a radical redução da tradição filosófica racionalista a uma produção de desigualdade raciais e de mecanismos de exclusão, radicalismo reducionista apontado por Cooper (2004b: 19).

etno-nacionalista (e mesmo um racionalismo tendencialmente racista) que reclama a “autenticidade” como fundamento epistemológico (Copans 1998: 94). Algo que perpassa o campo intelectual moçambicano,<sup>14</sup> e que entendo como uma das formas de formulação da modernidade local. É (também) isso que me convoca a elaborar sobre a temática, meu modo de “devolução” ao universo abordado neste trabalho.<sup>15</sup> E por isso me alongo, até de modo escolástico. Forma que é também de apresentar a minha posição sobre o meu exercício da antropologia e as suas condicionantes constitutivas.

2. Em finais de XX grassou a desconfiança nas capacidades analíticas e discursivas da antropologia, advinda de uma (auto)crítica disciplinar até autodestrutiva.<sup>16</sup> As linhas teóricas então predominantes estariam exauridas (Ortner 1984: 128) mas foi a afirmação das dimensões políticas subjacentes às práticas culturais e científicas que impulsionou esse momento (Bauman 1998) dinamizado na confluência dos ambientes, por vezes dificilmente discerníveis e algumas outras conflituantes, da crítica marxista (Bloch 1977, 1983), da teoria crítica (Conquergood 1991), da teoria pós-colonial (Mbembe 1992, 2001), dos estudos culturais (Said 1989) e do pós-modernismo (Appiah 1991, Barnard 2004: 158-177).<sup>17</sup> Esmoreceu a influência do marxismo estrito e ascendeu a das formulações pós-modernas (Lewis 1999), radicais na proposta multicultural e de um “relativismo hiperbólico” (Boudon 2009), crente na incomensurabilidade das cosmovisões e na deshierarquização dos paradigmas cognitivos, apoucando a legitimidade do conhecimento científico e negando os propósitos universalistas das tradições filosóficas e científicas do ocidente,<sup>18</sup> ditas

---

<sup>14</sup> Em 2014 numa palestra realizada (algo paradoxalmente) no Instituto Camões de Maputo um dos mais reconhecidos académicos moçambicanos anunciou, para gáudio de uma plateia de jovens universitários, que Locke não deveria ser lido dado que tinha sido accionista de uma companhia de comércio escravista.

<sup>15</sup> Se este texto se destina a uma avaliação académica nele imprimo a crença esperançosa de que os leitores que virá a colher serão os integrantes da comunidade antropológica de Moçambique. A isso agrego a consciência de que a docência da antropologia tem vindo a amputar parte significativa do seu legado, reduzindo-lhe a complexidade e permitindo/reforçando leituras críticas simplistas (Rosa 2017: 226-227).

<sup>16</sup> Uma síntese em Rapport, Overing (2000: 18-20). A afirmação da crise na antropologia é literal em Ahmed, Shore (1995: 12-16), Asad (1973a: 10), Grimshaw, Hart (1996: 6-7), Kahn (1990:230), Lewis (1973), David Parkin (2000: 270) e Stocking (1991a: 3, 2002: 26); a sua deriva autodestrutiva aventada em Herzfeld (1997: 303) e Mafeje recenseia alguns obituários (2001: 31-32).

<sup>17</sup> Para uma súpula desses registos teóricos ascensionais nos “campos intelectuais” nacionais dominantes ver Eriksen, Nielsen (2001: 111-126).

<sup>18</sup> Prefiro a designação “Mundo pan-europeu (...) a Europa Ocidental mais a América do Norte e a Australásia, mas não a Europa centro-oriental” (Wallerstein 2000: 10). Utilizo “ocidente”

eurocênticas e apenas paralelas a outros legados intelectuais (Sardar 1999, Tucker 1999).<sup>19</sup>

O contexto político influenciou esta deriva: os debates intelectuais da “guerra fria”, ligação que não vem sendo tão esmiuçada (Lewis 1999: 717); a agressiva política externa dos EUA pré-Acordos de Helsínquia (Kissinger 1995: 733-761) e a guerra no Vietname, em particular os seus efeitos na corporação americana (Copans 1981b); e, depois, os movimentos feminista (Caplan 2003: 12-13, Ortner 1984: 138) e homossexual (Howe 2015), estes dinamizados nos próprios contextos universitários. Num âmbito mais restrito, inserível numa sociologia da academia, a proliferação de antropólogos e as alterações dos seus enquadramentos profissionais e das suas relações com as administrações estatais desde meados do século XX, em particular mas não apenas nos EUA, e os efeitos dos motins universitários dos finais 1960s, em especial nos EUA e em França, abalaram as hierarquias profissionais e induziram estratégias de distinção e ascensão corporativas, dinamizando o pendor autocrítico.<sup>20</sup>

Fundamental foi a denúncia do vínculo colonial e imperialista do património disciplinar,<sup>21</sup> dito como maculado por algo que veio a ser conceptualizado como colonialidade (Mignolo 2005, 2011), um suposto infalsificável que o entende - tal como ao pensamento “ocidental” - como um saber imperial desenvolvido sobre espaços colonizados, com os seus pressupostos metodológicos e corolários analíticos impregnados das relações de poder e exploração que àqueles (re)produziam, e suas

---

dado o seu uso recorrente. Para a sua crítica Burke (1992: 212) ligou a antítese “ocidente/oriente” a uma versão decadentista da filosofia da história, proveniente da patrística e já criticada no humanismo, crente numa primeva “idade de ouro” seguida de “queda” escatológica. O que remete para uma ética assente num primitivismo mítico e, acima de tudo, denota a recusa do racionalismo crítico, que já a criticara. Sobre a noção de “ocidente” nos contextos culturais chinês, japonês e islâmico, e sobre o seu elo à concepção europeia de superioridade da “intelectualidade” face à “economia”, em particular ao comércio, ver Buruma, Margalit (2005: 21-56).

<sup>19</sup> Uso um relativismo mitigado: “This implies not a diffuse relativism of “anything goes” but a relativism in which we can demonstrate how already established thoughts, representations, and social relations to a considerable extent configure and filter our individual human experience of the world around us and thereby generate culturally diverse worldviews.” (Barth 2002: 1). Para as raízes e os limites do relativismo ver Boghossian (2015), Boudon (1998: 36-40, 2009), Gellner (1995a), Popper (1991: 98), Rowland (1987: 10-17), Verde (2009). Sobre o multiculturalismo ver Taylor (1998), Wieviorka (1999) e Zizek (2004).

<sup>20</sup> Sobre a situação americana ver Chambers (1987), Cohn (1988a), Grillo (1997), Lewis (2014), Mead (1973), Patterson (2001), Stocking (1991a). Sobre a francesa ver Bourdieu (2004: 32), Duby (1992: 58), Lewis (2009). Ao invés Kuper (2005) aponta para essa época a contínua elitização na antropologia britânica.

<sup>21</sup> Refiro, como exemplos, Asad (1973b, 1979b), Apter (1999), Copans (1975, 1981a), Gough (1968, 1975), Hymes (1969), Leclerc (1973), van Teeffelen (1978), Wright (1988).



construções teóricas articuladas com as dimensões correspondentes no sistema colonial (Mafeje 2001), até mesmo numa verdadeira relação funcional (Faris 1973). Perspectiva reforçada com a disseminação da concepção foucauldiana de “governabilidade” e sua aplicação aos contextos coloniais (Berger 2010: 130-131), que encontra um pancratismo estatal, hierarquizador e repressor, no colégio de actividades cognitivas e administrativas e, como tal, nas tarefas e modalidades da antropologia e da sua vertente etnográfica, as quais na primeira metade de XX foram sendo albergadas sob tutela estatal, administrativa e académica.

Impôs-se repensar as formas de inteligibilidade erigidas nesse contexto colonial, problemática em particular catapultada e sedimentada pela eclosão das abordagens póscoloniais e dos estudos culturais,<sup>22</sup> que continua actuante, até alargando a sua análise a outros domínios científicos.<sup>23</sup> Este ímpeto nutriu as críticas pós-modernas à antropologia, que incidiram sobre os pressupostos implícitos e os limites das modalidades da representação utilizados, refutando a objectividade da antropologia, vista qual ficção autoritária através da manipulação retórica de um arsenal teórico algemado a esse propósito de produção e reprodução da superioridade ocidental.<sup>24</sup>

Foi elidido o ímpeto central do processo filosófico constitutivo da disciplina e seu desígnio, a procura sempre elusiva de combinar a afirmação epistemológica universalista com uma perspectiva culturalmente relativista, o qual se pode, mesmo que simbolicamente, fazer recuar ao *Protágoras* platónico (Sperber 1992: 9-11). O seu olhar sobre a comunhão abrangente da diversidade histórico-cultural foi secundarizado e a sua história intelectual lida como subordinada a um programa hierarquizador e reificador dessa diversidade.<sup>25</sup> Assim foi vista como agente da menorização das sociedades estudadas - enquanto objectos dominados -, qual mecanismo exotizador (Coquery-Vidrovitch 1999, Mudimbe 1988), afirmando a a-historicidade e o isolamento destas, cristalizando as alteridades socioculturais, como se ontológicas, e o seu implícito atavismo que as apartava da acção social inovadora (Amselle 1999, Fabian 1983, Pels 1997) e, em última instância, da própria racionalidade criativa. E ainda como cúmplice

---

<sup>22</sup> Para estas áreas sigo Moore-Gilbert (1997), Said (2000 [1993], 2004 [1978]).

<sup>23</sup> Para extensão da crítica actual ver Mudimbe (2007), Nyoka (2013), Steinmetz (2004, 2013, 2014).

<sup>24</sup> Como exemplos marcantes destas abordagens ver Clifford, Marcus (1986), Crapanzano (1986), Marcus, Fischer (1999), Rabinow (1977), Said (1989), White (2005 [1976]).

<sup>25</sup> Para textos frisando a dimensão universalista da antropologia ver Amselle, M'Bokolo (1999b), Berlin (1997: 1-24), Eriksen (2010), Lewis (1999: 719-721), Pina-Cabral (2006b, 2014).

utilitária das administrações coloniais, propagando ideais de superioridade racial e cultural e disseminando e potenciando técnicas de controlo (Pels, Salemink 1999). Ou, pelo menos, acomodada nesse contexto dado que as investigações nele decorridas não se opunham aos seus conteúdos exploratórios, e muito menos de modo explícito (Berreman 2007: 313, Steinmetz 2014: 438).

Não esmiuçarei o conteúdo dessas críticas. Algumas frutíferas para a compreensão das dinâmicas existentes e obscurecidas pelos implícitos conceptuais, como o exemplificam Mafeje (1971), Magubane (1971, 1985) e Owusu (1978), encetando a crítica africana da antropologia ao denunciarem, respectivamente, os processos de apagamento da heterogeneidade das dinâmicas políticas e sociais africanas, bem como dos seus vectores endógenos, que as pesquisas haviam implicado, e as insuficiências da captação do real devidas à incompetência linguística.

Mas algum radicalismo, até panfletário,<sup>26</sup> assentou em interpretações simplificadoras da história da disciplina, e mesmo do abrangente pensamento “ocidental”,<sup>27</sup> muitas vezes suportado numa abordagem enviesada e mesmo selectiva dos textos,<sup>28</sup> e apagando a complexidade da formação da disciplina nos contextos

---

<sup>26</sup> Exemplo é a visão de Wallerstein como mero agente americano pelo African Research Group (1975).

<sup>27</sup> É usual a redução da antropologia, e do pensamento “ocidental”, a um processo de simplificação das sociedades africanas, a estas negando-lhes historicidade devido a um evolucionismo que lhe seria congénito e assim consignando-as a um atavismo até pré-político – veja-se, por exemplo, a paupérrima caricatura do historial disciplinar, traçada com desígnio denunciatório por Magubane, Faris (1985). Será de contrapor essa invectiva com exemplos como *L’Afrique Précoloniale* (Labouret 1959 [1946]). Este livro trata-se de uma súmula de fontes bibliográficas, publicado na célebre colecção *Que-Sais Je?*, das Presses Universitaires de France, de enorme divulgação (sobre essa colecção e seu impacto popular ver Feller 1975, Lacroix 1979). Ora num texto desse cariz, publicado em 1946, e assente na conjugação de múltiplos trabalhos de cariz historiográfico, elencava-se um vasto rol de formações políticas africanas, ditas imperiais, numa perspectiva exactamente inversa à denunciada por essas críticas. Quanto à contínua invectiva da a-historicidade – primitivizadora, colonialista - das análises antropológicas é interessante comparar como é recorrente afirmá-la para o célebre *The Nuer* (Evans-Pritchard 1940; ver ainda 2010) enquanto os críticos evitam referir um *Sanusi of Cyrenaica* (Evans-Pritchard 1949), pois isso desmontaria, no interior da obra do mesmo autor, o redutor e conveniente argumento, mas também o facto dela ter sido desde logo critica pelos seus contemporâneos (Richards 1941).

<sup>28</sup> “The followers of Foucault, Edward Said, and Johannes Fabian have managed to do to anthropology what Said says Westerners have done to the Orient or to the Other: invent something that never existed in order to dominate it. Their version of anthropology—their invented anthropology — has served to “otherize” and marginalize anthropologists and anthropological knowledge” (Lewis 1999: 726). O autor tem sido sistemático na crítica da crítica da antropologia (Lewis 1999, 2004, 2007, 2009, 2014)

européus, prévia à sua exportação para outros territórios.<sup>29</sup> De facto, este criticismo apresentou características que foram gerais às abordagens das teorias póscoloniais, tanto um excessivo centramento nas realidades anglófonas, em particular no império britânico, obliterando a multiplicidade e complexidade das experiências coloniais, como uma tendência para a reificação da dicotomia colonizador/colonizado, encerrada na culpabilização colonial e na valorização acrítica do que aparentava ser-lhe oposição (Paulo de Medeiros 2006, 2007). Na realidade, e como sumarizou Herzfeld, “Identificar as origens da antropologia apenas no colonialismo é laborar numa simplificação grosseira” (2001: 34), e é desadequado, porque insuficiente e mistificador, reduzi-la a uma emanção da ideologia colonial (Vincent 1990: 2), apesar de se ter sedimentado no quadro dos diversos projectos coloniais (Vermeulen 1999).

3. É certo que se encontra a categorização primitivista das populações subordinadas através do (re)conhecimento de um colecionismo etnográfico tendencialmente naturalizador, e assim legitimador, da dominação colonial (Bennet, Dibley, Harrisson 2014). E, em particular no período que mediou as guerras mundiais, o anseio disciplinar da aplicabilidade pró-administrativa em contextos coloniais (Lackner 1973, Nature 1921) e a sua própria efectivação (Faris 1973, Pels, Salemink 1994, 1999) caminhou nesse sentido, o qual é uma tendência fundacional da disciplina, presente sob diversos modos nos ideais reformistas de Tylor (1871b: 410, Lowie 1991), Durkheim (Durkheim 1984: I, Douglas 1999) ou Boas (Weaver 2002), nas ideias jurídicas e administrativas de Maine (Kuper 2005, 2008: 79-81), nas mediações em prol dos colonizados por Morgan (Sanjek 2014: 191-193), Haddon ou Rivers (Pels 2000: 151), na vertente aplicada na alvorada da antropologia americana (Darnell 2000: 36-40) e na holandesa de XIX (Weaver 2002: 19), ou na proposta de Malinowski de matizar o desestruturante “contacto cultural” (Hogbin 1970, Mair 1970a, Malinowski 1929, 1930, 1968). Processos denotando a oscilação face ao sistema colonial da elite disciplinar (Kuper 2005), porventura porque se viu nessa hipótese de aplicabilidade uma estratégia adequada de captação de financiamentos para a investigação e que, por outro lado,

---

<sup>29</sup> Sobre esta temática ver Amselle (2008: 60), Bendix (1997), Knight (2009), Leal (2006b), Vermeulen, Roldan (1995a). Não cabe aqui abordar a especificidade dos estudos de “folclore” europeu (p.ex. Propp 1980 [1928]). Mas saliento que a negação da formulação do legado disciplinar como prévia ao advento do colonialismo, bem como o menosprezar a história da institucionalização das diversas ciências sociais na academia (Mafeje 2001: 57) são estratégias para reforçar o vínculo colonial da antropologia.

reforçaria a sua legitimidade e relevância no panorama das disciplinas científicas (Goody 1995).

Com efeito, e para além das diferenciadas inter-relações com as administrações coloniais, e das tentativas de mediação racionalizadora do contacto colonial – bem como do serviço social integrando a administração pública americana (e ainda alguns esparsos trabalhos em países por esta mais influenciados) –, a aplicabilidade da antropologia cresceu após a II Guerra Mundial. E mesmo durante esta nas colónias britânicas dada a ambivalente política de desenvolvimento nelas tentada, seja como forma de ensaiar a perenidade imperial, seja como resposta a pressões da opinião pública nacional e da internacional, respeitantes às características exploratórias daquele sistema (Butler 1991).

Face a esse historial, e diante da pertinência desta reflexividade disciplinar, é de encarar a influência dos contextos da expansão imperial/colonial, sem reclamar uma radical autonomia para o campo intelectual que o eximisse dos constrangimentos exercidos pelas realidades políticas empíricas e pelas cosmologias que as envolvem. Isso será relevante se no âmbito de uma auto-reflexão como a proposta por Herzfeld (2001: 17): “Tornar a antropologia um objecto etnográfico é, a um tempo, uma consequência lógica e um instrumento valioso de uma disciplina que se reclama comparativa acima de tudo”. Ou seja, indagando as formulações das suas pesquisas, seus limites, condicionantes e validades, reflectindo sobre as possíveis virtudes deste seu legado.

Reconhece-se no percurso disciplinar a busca e a realidade de uma autonomia face aos constrangimentos estatais (coloniais), bem como se reconhece que à diversidade dos contextos coloniais correspondeu uma relativa pluralidade nas modalidades da investigação, algumas realizadas com especialistas locais, matizando a dita excentricidade dos discursos analíticos em contexto colonial (Brown 1973, Sanjek 2014, Schumaker 2001). É possível constatar, mesmo para o período pré-colonial, uma reflexão não aprisionada por um discurso (proto-)colonialista (Serrão 2002). Com a institucionalização da disciplina germinaram no seu interior posições críticas como exemplificam, até de modo simbólico, os conhecidos textos de Leiris (2005a [1950], 2005b [1950]) sobre os pressupostos eurocêntricos do quadro colonial, e de Lévi-Strauss (1980 [1952]), refutando a desvalorização da cultura e da individualidade alheia, e que tanta influência obteve (Eriksen 2001).

Notória foi a heterogeneidade - nacional, continental, político-ideológica, racial, e de estatuto social - do núcleo dominante da antropologia britânica na primeira metade de XX, a mais representativa no contexto colonial. E se a florescente antropologia americana se interessava, desde finais dos 1920s, pela defesa dos direitos fundiários e culturais das populações ameríndias e pela inserção nos projectos rooseveltianos de protecção às populações rurais avassaladas pelas crises ecológica e económica, também ela apresentava uma grande heterogeneidade sociológica (e ideológica) interna.<sup>30</sup> Estes foram factores que pluralizaram as concepções e atitudes dos antropólogos sobre os regimes coloniais (Brown 1973, Firth 1975, 1992: 214). Ademais, e para além de divisões teóricas, definiu na elite da corporação a crença evolucionista, declinando a ideia da incontornabilidade da supremacia civilizacional.

À dita cumplicidade colonialista foi associada a tendência para ahistoricizar as sociedades analisadas, homogeneizando-as e retirando-as do domínio do progresso, então valor ideológico predominante, e encastrando-as, assim elidindo as realidades coloniais e a exploração que implicavam (Fabian 1983, 2008). É certo que nos inícios de XX o dominante funcionalismo enfatizou o centramento na análise das lógicas e interacções endógenas aos contextos abordados (Eisenstadt 1990, Gellner 1973: 90-92), assim expurgados das interacções assimétricas havidas com os sistemas coloniais, passo que potenciava a sua implícita, e involuntária, visão reificadora.<sup>31</sup> Algo que decorria em parte de pressupostos teóricos mas muito pela premência da chamada “etnografia de salvados” (Gruber 1970), a qual se devia exactamente à consciência da avassaladora transformação global proveniente da expansão colonial.

4. Mas algum afastamento crítico surgira antes. Uma leitura não linear do legado disciplinar nota a muito inicial refutação do “primitivismo” das sociedades estudadas (Kuper 2010), o qual, aliás, era concepção generalizada bem anterior à institucionalização da antropologia e não seu produto (Trouillot 1991). Esta refutação expressou-se, inclusive, na forma como desde cedo a análise das sociedades outras foi

---

<sup>30</sup> Para o contexto britânico ver Comaroff, Comaroff, Schapera (1988), Goody (1995: 12-16), Leach (1984), Kuper (2005), Pina-Cabral (2004b). Para o americano ver Lewis (2005: 100, 2014: 79-85), Weaver (2002).

<sup>31</sup> Já Weber considerava que a utilização de conceitos organicistas serviria apenas para ilustração e para orientação provisória da análise, mas que tendiam a ser reificados (Keyes 2002: 238). O que aponta para a inserção da crítica à antropologia em contexto colonial numa reflexão mais abrangente, a da história das teorias das ciências sociais, desalgemando-a das imputações colonialistas.

entendida como instrumento associável à reflexão crítica sobre as sociedades próprias, não no sentido de uma modernidade que postula um primevo outro, clássico ou primitivo, doirado ou tenebroso, para se instituir na contraposição (Habermas 2010), mas expressando o universalismo que lhe era constitutivo, como o foi para as figuras tutelares da antropologia, o reformista Boas (1962 [1928], Darnell 2015) e Malinowski na sua, implicitamente comparativista, crítica ao economicismo da ideologia capitalista e, como tal, colonialista (Firth 1970: 217-218).

Afloro Boas e Malinowski, pois figuras tutelares nas diferentes linhas nacionais da antropologia no período colonial. Não quero com isto reduzir a ponderação das relações entre sistema colonial e a antropologia à mera abordagem às carreiras dos grandes vultos da disciplina, dado que tal tarefa exigirá algo bastante mais alargado, o entendimento de como a disciplina esteve presente na delimitação – uma verdadeira construção - das sociedades coloniais e pós-coloniais (Pels, Saleminck 1994: 1). Nem quero isentar esses vultos mestres da sua historicidade, dos efeitos da sua era sobre a sua produção e desígnios. Procuo apenas, até de modo simbólico, através deles aquilatar o quão impertinente é a redução do historial da antropologia à actividade colonial, e à propagação dos seus pressupostos. Pois um retorno a estes vultos permite salientar quão anacrónicas, pois pejadas de invectivas “presentistas” (Stocking 1968), surgem as críticas actuais, ao reclamarem que os postulados de então não tenham assumido as construções actuais e, também, a retórica actual. Além disso, um regresso às proclamações desses autores ditos “clássicos” permite entender a não linearidade das relações entre a diversidade disciplinar e as múltiplas configurações coloniais, as quais Roque (2006b: 90) assumiu, com pertinência, como conexões parciais e, mais ainda, equívocas.

Quanto a Boas, criticado por não se dedicar à sua contemporaneidade ameríndia (ou dos negros norte-americanos), e como tal conivente com os regimes de exploração nos quais estes grupos eram integrados (p. ex. Sanjek 2014: 191-194), é notório que não só cria numa heterogeneidade interna nas sociedades abordadas (Lewis 2015) como estava ciente das dinâmicas transformativas endógenas e exógenas nelas presentes (Buntzell 1962, Darnell 2015), uma consciência da historicidade do fenómeno social e cultural que foi âncora da antropologia americana do dealbar de XX (Sapir 1985

[1916]).<sup>32</sup> Mais ainda, contestou o poligenismo racialista (Dewburry 2007), negou o enclausuramento atávico de qualquer sociedade histórica e defendeu a identidade das capacidades intelectuais humanas (Boas 1938b [1911]: p. ex. 197-225), assim afrontando o tripé no qual assentava o ideário justificativo do programa colonialista.

Também denotativo do viés adverso presente nas recentes leituras críticas é a leitura de Malinowski como elidindo o sistema colonial. É algo que não deriva apenas de uma crítica teórica aos seus trabalhos, mas sim de uma extrapolação do sincronismo funcionalista patente no corpo mais celebrizado da sua obra para uma afirmação da sua negação do factor colonial e, como tal, da sua cumplicidade - bem como a do “clã” dos seus descendentes (Gellner 1973: 141). É interessante confrontar essas imputações face ao seu percurso intelectual, desde os seus textos iniciais, escolares, “de sofá” (Thornton, Skalnik 1993), passando para os seus primeiros trabalhos sobre pesquisa etnográfica no Pacífico austral (p. ex. Malinowski 1948 [1916]), nos quais a questão colonial não é matéria. Depois publicou a primeira das várias monografias que produziu sobre o arquipélago Trobriand, o marco mítico fundacional da “revolução etnográfica” (Lawrence 1975), *The Argonauts of Western Pacific* (Malinowski 1932 [1922]). Que sendo assumidamente um projecto de “etnografia de salvados”<sup>33</sup> - como anuncia no seu célebre e quase apocalíptico primeiro parágrafo -,<sup>34</sup> é um eco da sua visão dos efeitos da situação colonial, após anos de trabalho de terreno como se depreende pela ausência dessa questão nos textos anteriores. Quinze anos depois, já no ocaso da sua não tão longa vida, e antes da eclosão da II Guerra Mundial, essa que viria a colocar a abalar os sistemas coloniais e as adesões ou silêncios que colhiam, escreveu uma brutal denúncia do colonialismo: “There is no doubt that the destiny of indigenous races has been tragic in the process of contact with European invasion (...) that Europeans in the past

---

<sup>32</sup> Para uma visão aprofundada das concepções de Boas sobre processo histórico e métodos analíticos ver Bunzl (1996), e sobre Sapir ver Handler (1983).

<sup>33</sup> Há o costume de traduzir “salvage” como “salvação”. Considero “salvados” um termo mais adequado ao seu conteúdo neste contexto, no sentido de restos de naufrágio, que sinaliza a tentativa de recuperar, até como arquivo, traços socioculturais de sociedades às quais se previa desagregação e/ou desaparecimento. E que não tem a deriva semântica metafísica que “salvação” apresenta. Este olhar sobre sociedades cujas culturas eram consideradas em dissolução, assim implicando um trabalho constitutivo de um arquivo das culturas da humanidade, foi um mecanismo para encontrar financiamentos (Stocking 1985).

<sup>34</sup> “Ethnology is in the sadly ludicrous, not to say tragic, position, that at the very moment when it begins to put its workshop in order, to forge its proper tools, to start ready for work on its appointed task, the material of its study melts away with hopeless rapidity. Just now, when the methods and aims of scientific field ethnology have taken shape, when men fully trained for the work have begun to travel into savage countries and study their inhabitants – these die away under our very eyes” (Malinowski 1932 [1922]: xv)

sometimes exterminated whole island peoples; that they expropriated most of the patrimony of savage races; that they introduced slavery in a specially cruel and pernicious form; and that even if they abolished it later, they treated the expatriated Negroes as outcasts and pariahs.” (Malinowski 1945 [1938]: 3-4). Mais ainda, anunciava então a necessidade de transformação da pesquisa em África, integrando as situações de interacção conflitual colonial, de resistência africana e transformação social (Malinowski 1938, 1945, Rosseti 1985), convocando os colegas, no seguimento da sua longa demanda de instauração da antropologia aplicada (Goody 1995), a interpretarem não só os movimentos sociais, transformações e resistências dos colonizados como também a assumirem o vínculo ético, em formato de advocacia, para com estes (Weaver 2002).

Uma exemplar ilustração desta tresleitura hipercrítica encontra-se, para o caso da antropologia realizada em África, na sua confrontação com as investigações de Schapera.<sup>35</sup> Desde os seus trabalhos iniciais o autor (Schapera 1928, 1933, 1935) explicitou as transformações de índole material, económica, religiosa, política, linguística, etc., devidas à ocupação europeia. Bem como o carácter pauperizador do seu acantonamento em regiões menos produtivas, um empobrecimento ecológico alterando os ritmos da vida social e exponenciando a subordinação económica através da expansão da inserção no trabalho assalariado. Mais ainda, logo anunciando a necessidade de integrar a presença colonial no objecto etnográfico: “... a study in which the missionary, trader and administrator were to be regarded as factors in the tribal life in the same way as are the chief and the magician” (Schapera 1933: 408). Décadas depois (Schapera 1956) abordou as configurações políticas pré-coloniais, explicitamente através de uma abstracção, excluindo as transformações produzidas pelos regimes coloniais. Algo que poderia parecer uma reificação, a imputação de um primitivismo, de uma ahistoricidade, concomitante à elisão do colonialismo. Mas tratava-se do inverso, da prossecução do seu princípio do que se deve procurar não o diferente mas sim o similar (Bohannan 1973: 107), tentando por via dessa abstracção traçar as características políticas pré-coloniais de modo a refutar a usual dicotomia entre sociedades de política assente no parentesco e sociedades de política assente em

---

<sup>35</sup> Para a proximidade de Schapera com Malinowski e Radcliffe-Brown, as figuras tutelares da antropologia britânica de então, ver Comaroff, Comaroff, Schapera (1988), Kuper (1973: 89-122).



contiguidade territorial, de facto entre “comunidade” e “sociedade”. Ou seja, afrontando o mito primitivista.

Algo que Gluckman (1996 [1972]: xv-xvi) explicitou, ao notar que se a demanda das estruturas denotativas dos sentidos das práticas sociais existentes na diversidade societal com que a antropologia se deparava comportava o risco da excessiva abstracção – de postular sistemas desencontráveis na realidade –, ela havia sido um estádio necessário no desenvolvimento da disciplina. Ou seja, em última análise, o hipercrítico actual sobre este tipo de abordagens denota uma concepção de antropologia, e das ciências sociais, que lhe(s) refuta o carácter científico, negando a característica cumulativa do conhecimento construído, de possibilidade de progresso histórico na compreensão dos factos sociais.<sup>36</sup> Nesse sentido, como este caso demonstra, refutando a possibilidade, legitimidade e, de facto, a realidade de serem abordadas temáticas consideradas relevantes em determinados momentos que não correspondem às questões necessárias e prementes em momentos posteriores.

Estes são alguns marcos da não linear articulação intelectual entre a antropologia de XX e o mundo colonial. Sendo certos os efeitos teóricos, metodológicos e práticos da articulação entre o estabelecimento da disciplina e a situação colonial, é anacrónico entendê-la como mera cúmplice instrumental (Ferguson 2006: 2, L’Estoile 2000) devido a não se ter tornado um precedente no anticolonialismo. E apodar de colonialista a busca das lógicas socioculturais nas sociedades colonizadas, então negadas ou diminuídas pelos discursos políticos, comuns e também nos científicos. Tal como vituperar a tentativa de instituir a aplicabilidade da disciplina naqueles contextos, de molde a tentar minorar os seus efeitos disruptivos, ainda que cedo brotando no seio dos crentes dessa via, desejavelmente protectora, o sentido da sua ineficiência (Gulliver 1985, Lewis 1973: 589). São anacronismos críticos que sustentam um radicalismo, mais interessado numa refutação das sociedades colonas e, acima de tudo, das suas descendentes actuais, até porque entendidas como continuidades pós-coloniais das precedentes (Werbner 1996), do que numa reflexão sobre as complexidades e contradições da constituição das ciências sociais.

Na sua essência este criticismo exacerbado padece de etnocentrismo, em modo de presentismo, refutando investigações anteriores por não terem assumido a agenda de investigação dos tempos actuais (Lewis 2014). Algo simbolizável com a usual

---

<sup>36</sup> Essa recusa, implícita ou explícita, da dimensão cumulativa do conhecimento antropológico ancora numa crítica pós-moderna (Smart 2002: 406).

invocação do diário de campo de Malinowski (1997 [1967]) - que pouco adianta à compreensão da sua obra e que talvez não devesse ter sido editado (Leach 1980) – verdadeiramente garimpado em busca do que a actualidade afirma “in correcções políticas”, expressas na intimidade do desconforto, esse que qualquer investigador de terreno conheceu, essas que tantos terão pensado (talvez não as escrevendo). Para sobre estas desvalorizar não só o autor mas também a disciplina de que se tornou ícone.

5. Sob um olhar mais pragmático, atento às práticas coloniais da antropologia, a (auto)crítica salientou a colaboração disciplinar com duas grandes temáticas de actuação colonialista, sinalizadoras da sua cumplicidade pragmática e denotativas dos seus pressupostos ideológicos: o ordenamento político das populações e a conceptualização das formas de indução da transformação socioeconómica e cultural (Gledhill 2000).

O controlo colonial das populações foi usualmente descrito com o recurso a uma bipolarização que utiliza tipos ideais de sistemas administrativos. Opuseram-se as formas descentralizadas, ditas de administração indirecta, típicas da abordagem britânica, e as mais centralizadas, presentes no regime francês, que implicavam uma maior transformação das estruturas políticas locais e sua inserção subalternizada nas hierarquias burocráticas coloniais (Crowder 1964), dicotomia exagerada dado que os modelos se mesclavam na prática (Carvalho 2000: 39-40).<sup>37</sup> À antropologia foi imputado um contributo decisivo na concepção, estabelecimento e actualização destes modelos (Ekeh 1990, Gordon 2010).

Este molde dicotómico foi também aplicado às descrições da indução colonial de reformas sociais: a visão assimilacionista, centrada na cooptação dos indivíduos à cultura ocidental – associada a uma maior inserção das autoridades locais nos aparelhos estatais coloniais -, dita típica do modelo francês; e a crente no pluralismo cultural, atribuída ao modelo britânico, aventando o enquadramento transformativo dos grupos sociais segundo as suas dinâmicas endógenas – e consignando as autoridades e suas legitimidades aos conteúdos socioculturais locais (Crowder 1964). Esta última foi a raiz intelectual do multiculturalismo, gerando o ideal de “desenvolvimento separado” que suportou o *apartheid* sul-africano (Magubane 1971, Sparks 1991: 147- 182).

---

<sup>37</sup> Para uma visão legitimadora do “modelo” francês, dicotimizando entre universalismo francês e racismo particularista britânico como fundamentos ideológicos dos dois moldes, ver Deschamps (1965:53-70), um molde intelectual que serviu também para a justificação do modelo oficial da administração colonial portuguesa, reclamada como inserida no referido universalismo.

Mas não é certo afirmar que o exercício político-administrativo colonial surgisse do contributo antropológico. Mamdani (1996) explicitou o quão redutora é a utilização desta dicotomia para descrever os formatos de governação colonial. E mostrou também, através do percurso administrativo sul-africano desde XIX, que eram os objectivos conjunturalmente específicos de exploração económica e o historial local do controlo político das populações que marcavam as tendências administrativas e as modalidades da sua mescla. Mais ainda, salientou como a concepção e efectivação desses formatos foi prévia às investigações antropológicas, ainda que depois tendo sido alimentados pelos resultados destas, utilizados para reformular conteúdos políticos e jurídicos, padronizando-os em concordância com o ordenamento administrativo colonial (Gledhill 2000: 1-2).

Também a concepção das formas de indução de reformas sociais, hoje ditas desenvolvimentistas, não assentaram primordialmente no contributo antropológico. Por um lado, é insuficiente dividi-las entre pluralismo cultural e assimilacionismo, dados os estreitos limites que este último sempre teve (Mamdani 1996), como o comprova o acontecido nas colónias portuguesas. Num âmbito mais prático, e para além da diversidade do enquadramento sociocultural e da prática da antropologia anglófona em África (Schumaker 2001, Werbner 1984), que por si só convoca a questão das diferenciações internas ao sistema colonial e a cada prática imperial nacional, foi afirmada a tendencial incomunicabilidade entre as abordagens antropológicas e as administrações coloniais (Goody 1995, Kuper 1973, Kuper 1984, Lewis 2004, Vincent 1990).<sup>38</sup>

É certo que esta vontade da aplicabilidade reformista era anseio disciplinar desde a sua institucionalização, sob diferentes moldes e objectivos,<sup>39</sup> crente na possibilidade da criação de novas formas de organização social afrontando os problemas sociais detectados, muitos germinados na ocupação colonial (Firth 1992: 213). Trata-se do âmago do pensamento sociológico, a coexistência da ideia de ser o conhecimento algo de benigno (Gray 2009: 15) com a da hipótese (ou necessidade) do progresso, esta sempre presente, para além para além da sua evidência nas correntes (neo-

---

<sup>38</sup> Nkwi (2008: 197) é elucidativo sobre o viés destas posições críticas. Afirma a antropologia africanista britânica como “congelando” no tempo as sociedades colonizadas e cúmplice da administração. De seguida refere a renitência e suspeição da administração para com os antropólogos.

<sup>39</sup> Ver Evans-Pritchard (1978 [1951]: 171-201), Hogbin (1970 [1957]), Kuper (1973: 123-147), Malinowski (1930), Weaver (2002).

)evolucionistas e marxistas, e a qual foi assumindo as formas conceptuais de “crescimento”, “evolução”, “civilização”, “liberdade” ou o actual “desenvolvimento”.

Mas é insuficiente afirmar a correlação entre antropologia, ideário progressista e o projecto colonial, reduzindo o primeiro a instrumento utilitário do segundo, como seu princípio de orientação geral e modalidade ideológica de mobilização social, como o dizem as críticas mais radicais (Shanin 1997). Os alicerces da antropologia, tal como os das outras ciências sociais, são mais profundos. Sendo produtos da modernidade, são os de uma época histórica influenciada pelo ideal da “superação” intelectual, da progressiva “iluminação” de uma verdade fundacional sobre o real (Vattimo 1987: 7-17). E nesse amplo quadro o reformismo colonial reflectia múltiplas concepções teológicas e filosóficas crenes na perfectibilidade humana. Que tendo subjacente a hipótese aristotélica de a encontrar através da busca do bem-estar, teve as suas configurações “modernas” delineadas desde Espinoza e da plêiade de moralistas calvinistas de XVI e XVII, que não a entenderam como um processo radicado na esfera individual e na prática introspectiva, resultante da realização de ideais metafísicos, absolutos, mas como fruto decorrente da interacção, nas alterações nas formas de organização social, subordinadas a ideais arbitrários, opcionais, desenrolados na liberdade humana.<sup>40</sup> Ou seja, as ideias que vieram a ser condutoras do reformismo colonial era prévio e autónomo à antropologia. E também rebatidas, como o simbolizam as críticas ao ideário evolucionista, base do empreendimento colonizador, algo que afronta as visões simplistas que vinculam os investigadores ao poder, como se de seus serviços homogêneos se tratassem.

6. Mas se o peneirar da prática antropológica de XX demonstra o seu apartar relativo das modalidades político-administrativas coloniais, aliás algo já referido nas críticas de Asad (1973a, 1991), para alguns tal não é suficiente para matizar as críticas ao legado disciplinar, mantendo-se a sua percepção como actividade de “imperialistas relutantes” (James 1973). Tamanha foi a culpabilidade histórica anunciada que se negou a possibilidade da antropologia, radicalmente apoucada como sequela do colonialismo, qual mera estratégia apropriadora habitada por uma intrínseca necrose epistemológica, inepta para conceptualizar e analisar contextos alheios, nela se extremado a ilegitimação do pensamento ocidental (Amselle 2008, Sanches 2002).

---

<sup>40</sup> Ver Baert, Isaac (2011), Manuel, Manuel (1997), Passmore (2000: 1-28, 226-261).

Pois a imputação está a montante, aponta a própria ilegitimidade da sua existência, uma perspectiva punitiva que realça o espartilho conceptual da sua colonialidade, o enquadramento epistemológico e a cosmovisão que a tornou possível (a formação intelectual dos investigadores e institucional das pesquisas, e também os contextos em que haviam decorrido as viagens, as estadas etnográficas, as práticas de terreno, bem como o desvendamento causado). Em suma, a análise das diferentes sociedades históricas é vista como parcela, política e intelectual, do projecto colonial,<sup>41</sup> e os seus praticantes resumidos a, na melhor das hipóteses, “idealist colonial anthropologists” (Mafeje 2001: 33). Para mais, a disciplina é entendida como obscurecendo a actualidade, dado que esmaece a imbricação entre as realidades actuais e o passado colonial, e a manutenção da hegemonia política e cultural das antigas metrópoles coloniais (Gladhill 2000, Pels 1997: 163), o que sublinha a exigência de uma radical depuração descolonizadora dos seus conteúdos para se estabelecer como património libertador (Mignolo, Gómez 2015, Mignolo, Vásquez 2015).

Nesta via o mal-estar com a antropologia radica na recusa, em bloco, do humanismo europeu, já explícita em Fanon (p.ex. 1975: 121-153), pois entendido como base da reclamação de superioridade civilizacional (Said 2003: 21-22). Assim, pouco espaço haverá para salvaguardar as construções intelectuais da antropologia, mais atingida pela crítica póscolonial do que as outras ciências sociais, algo concordante com a sentença exarada por Said contra a disciplina: “Innocence is now out of the question of course” (Said 1989: 213).

7. É generalizado o entendimento de que as transformações do contexto político e económico global das últimas décadas, a dita globalização,<sup>42</sup> alteraram de modo radical as condições de exercício da antropologia.<sup>43</sup> O afã reflexivo disciplinar, promovendo uma hipocondria epistemológica, para glosar a provocação de Geertz (1988:1), advém em grande parte do estado macerado de uma corporação que entendeu

---

<sup>41</sup> Exemplo de interpretação distorcida é a visão contrastante de Said, entre uma liminar desvalorização da antropologia devido a um etnocentrismo inibidor da pertinência intelectual (Said 1989) e a necessidade de contextualização que, reverencialmente, dedica a Freud, valorizando-o: “In any event, I believe it is true to say that Freud’s was a Eurocentric view of culture – and why should it not be?” (Said 2003: 16).

<sup>42</sup> Sobre a história do conceito “globalização” e da sua utilização ver James, Steger (2014).

<sup>43</sup> Ver Amit (2000), Amselle (2002), Edelman, Haugerud (2005), Eriksen (2010) Sarró, Lima (2006).

(ou teme) como letal esse diagnóstico de culpabilidade, em particular face aos novos contextos de actividade.

O labéu colonialista impeliu a uma higienização da prática disciplinar, procurando libertá-la dos propalados constrangimentos devido ao seu legado. Cresceu a atenção sobre a posicionalidade dos investigadores, usualmente explicitada em breve introdução ao relatório de pesquisa ou em textos posteriores, sob registo narrativo autobiográfico.<sup>44</sup> Ou apenas denotada, mas ainda assim escrutável, dado que por vezes, tanto devido a elisão programática ou a alguma candura, estes trechos surgem apenas devido à fidelidade ao cânone de apresentação, e desembocam numa mera descrição dos passos havidos nas investigações, aquém de uma verdadeira reflexão sobre as suas condicionantes. Afirmou-se ainda uma outra vertente de apresentação, em registo mais literário, ou não-antropológico (Shore 1999: 27), mais tendente a ser incluso num tom de “reflexividade”.

A relação assimétrica entre investigador e objecto, constitutiva do processo analítico, foi negativizada e entendida como algo a tornear através de estratégias subjectivadoras, procurando vozeir os contextos abordados através de inovações discursivas, através de discursos confessionais e da procura da multivocalidade. O que sublinhou, até sobrestimou, as características dialógicas das pesquisas de terreno, considerando que o envolvimento do investigador com os conteúdos do seu objecto é fundamental para se expurgar das maleitas do cientismo e do positivismo.<sup>45</sup>

Um envolvimento cujo sentido não é apenas relacional, como se o termo fosse uma actualização da “observação participante”, mas que considera a articulação intelectual entre o investigador e os indivíduos pertencentes ao universo em causa como produtora das percepções e conceptualizações acontecidas (Barth 2002, Robben 2007). Este passo de aparência óbvia – se a investigação implica a colecta de informação esta, ainda que sendo procurada, só é obtida porque é concedida - para alguns desembocou na perspectiva de que desse envolvimento, da sua dimensão dialógica, resulta uma conclusão (etnográfica) cuja autoria tende para o colectivo, no sentido de uma co-autoria, seja mesmo no de se estabelecer como expressão própria da população etnografada (Mafeje 2001), qual uma “etnografia sem antropologia” (Apter 1999: 590).

---

<sup>44</sup> Em registo póstumo (e como tal inintencional para este âmbito) o diário de campo de Malinowski (1997 [1967]); para uma publicação dedicada ver p.ex. Rabinow (1977); para reflexões multidisciplinares sobre o tema em Caria (2002); para a actual antropologia portuguesa ver Lima, Sarró (2006), Martins, Mendes (2016a).

<sup>45</sup> Ver Apter (1999), Calame (2007), Davies (1999: 178-179), Rabinow (2007: 98-99).

Esta postura não implica apenas a asserção da impossibilidade de uma neutralidade ética, vista como uma deriva do positivismo (Stocking 2002), mas também da ideia, até ideologia profissional, de filiação a obrigações éticas. Não me refiro ao enquadramento formalizado e institucionalizado dos preceitos deontológicos a activar durante as pesquisas,<sup>46</sup> mas à adopção de uma ética de investigação suportada na empatia política, na adesão aos contextos abordados, sob a perspectiva da defesa dos direitos humanos adversa à exploração e ao desapossamento das populações radicalmente avassaladas (Viegas 2007: 17-19, 2016, Wright 1988). Mas essa opção, dificilmente refutável nesses casos empíricos, generalizou-se, afirmando-se garantia epistemológica, algo veiculado e reproduzido de modo fluído através da autoridade, implícita ou explicitamente aposta, das instâncias universitárias mais renomadas e pela dos mestres mais afamados, assim compondo um *ethos* corporativo.

Com efeito, a tendência activista engajada não incide apenas entre nós, os do universo dos antropólogos integrados nos domínios do assistencialismo, ordinariamente sitos no quadro das organizações não-governamentais e da indústria desenvolvimentista. Tal como se funcionasse qual ideologia profissional, que mais do que legitimadora fosse mesmo justificativa, dada a perenidade do complexo de inferioridade que sentimos diante dos “apenas” académicos (Chambers 1987: 309), memória do ferrete da célebre crueldade explicitada por Lucy Mair, “Applied anthropology is an occupation for the half-baked” (Mair 1969: 8), por mais que esta hierarquização interna tivesse sido criticada (Edelman, Haugerud 2005). Pois de facto, a tendência activista está generalizada nos estratos elevados da (in)dita hierarquia corporativa, como o explicita George Marcus ao referir que neste XXI ela predomina entre os seus alunos (Marcus, Okely 2007: 363), mais passíveis de se integrarem na elite antropológica, integráveis na “*skholé*” (Bourdieu 1998a).

Nisso se estabeleceu o “compassionate turn” como forma de advocacia social, defensora da auto-determinação (Sluka, Robben 2007: 21-24, Wright 1988), em particular utilizada por correntes ligadas às ideologias democratizadoras, dos direitos humanos e anti-capitalistas (Firth 1992: 208-209), em última análise, tendente à

---

<sup>46</sup> Ver Berreman (2007), Chambers (1987: 328), Pels (1999), Roriz, Padez (2017), Sluka (2007: 271-275). Inexistente em contexto português, sendo a prática corporativa conduzida numa fluída adesão adaptada à mescla de ditames da corporação americana (Robben, Sluka 2007: 325-330), pelos preceitos éticos comandados pelas instituições da União Europeia sobre os processos globais de investigação científica e os conselhos de ética de cada instituição de ensino e/ou investigação.

potenciação (*empowerment*) (Friedmann 1996) dos contextos abordados. Assim a legitimação da pesquisa, e como tal da antropologia, remete-se para a adesão a uma exigência ética, num verdadeiro processo de ideologização da disciplina, implicando que a definição das pesquisas se vincula às formas políticas de as conceber (Marcus 1995: 99). Nisto se mesclam os registos do cientista, do especialista e do cidadão-militante.

8. Este afã disciplinar com o posicionamento do investigador assenta em bases paradoxais. Em primeiro lugar, a preocupação com a explicitação da posicionalidade é um marcador cultural, denotando implícitos da tradição intelectual constituinte da antropologia. O que é contraditório com os seus proclamados objectivos, de descentramento nessa mesma tradição. À exigência que a explanação inicial das características contextualizadoras (e produtoras) da pesquisa sirva para aquilatar da credibilidade do relatório antropológico filio-a na tradição cristã de comunhão ética, expressa na oração *Confiteor*. Presente no início dos rituais católicos, anglicanos e protestantes (Ward 2006),<sup>47</sup> contextos religiosos onde germinaram as tradições antropológicas dominantes (Cannel 2005), com função de anúncio propiciatório à continuidade de pertença à comunidade através do reconhecimento dos erros próprios (pecados, na linguagem teológica), da condição culposa (pecaminosa) humana, como condição da sua purga. Há registo dessa oração desde VII, tendo a sua forma sido alterada ao longo da história, mas mantendo o seu essencial, sendo que o seu primeiro registo escrito conhecido é de XI, "Confiteor Deo omnipotenti / istis Sanctis et omnibus Sanctis et tibi frater / quia peccavi in cogitatione / in locutione, in opere / in pollutione mentis et corporis. / Ideo precor te, ora pro me." (Fortescue 1908).<sup>48</sup> Prática que teve a sua actualização no contexto comunista de XX, através da prática da autocrítica pública (*samokritika*) (Merridale 1990: 198-217, Stalin 1954).

---

<sup>47</sup> Refiro-me aos contextos cristãos pós-Lutero que, contrariamente ao calvinismo, não abandonaram o "meio de "escape" periódico para o sentimento de culpa de natureza afectiva" (Weber 1983 [1905]: 93)

<sup>48</sup> A versão que mais me apraz, dada a sua contemporaneidade, denotando a influência de Zola (2003), é a tradução francesa do jesuíta Vieille (1909: 184): "Je m'accuse devant vous, ó mon Dieu, de tous les péchés dont je suis coupable. Je m'en acuse en présence de Marie, la plus pure de toutes les Vierges, de tous les Saints et de tous les fidèles, parce que j'ai péché en pensées, en paroles, en actions, en omissions: par ma faute, oui, par ma faute, et par ma très grande faute ... Seigneur, écoutez favorablement ma prière, et accordez-moi l'indulgence, l'absolution et la remission de tous mes péchés."



Destarte estes auto-enquadramentos autocríticos compõem narrativas de redenção. Provêm das angústias epistemológicas disciplinares, derivadas de considerações que abrangem mas ultrapassam os efeitos da questão colonial. Mas são fundamentalmente típicas daqueles ambientes intelectuais messiânicos, cristão e marxista, vivenciados no crepuscular ambiente intelectual ocidental posterior ao optimismo progressista oitocentista (Steiner 2002: 12-19). Deste modo, se para a antropologia a inocência está fora de causa, como sentenciou Said, resta-lhe, no início de cada cíclica participação no discurso intracomunitário, através deste “*Je m'accuse devant vous, ó mon Dieu ...*” - agora uma divindade laica, humana, demasiado humana no seu sentido corporativo. Assim, pelo anúncio dos pecados cometidos, melhor dizendo, da proclamação do ser pecaminoso, procurar-se a sua remissão por via de uma salvação ética, afirmando-a epistemológica. Em suma, estas deambulações constituem tentativas de propiciar uma redenção, um reinício à antropologia, libertando-a de um passado poluente, pecaminoso, esse que a todos nós, seus fiéis, conspurca.

9. Em segundo lugar, o hipercriticismo diante do legado disciplinar também se compõe numa postura paradoxal. Face a esta questão sempre me ocorre o lúcido diagnóstico de Steiner, o de assumir uma modernidade na qual “Já não temos começos” (2002: 12). O autor utiliza a primeira pessoa do plural, tão criticado por euro/etnocêntrico (Pina-Cabral 2006b; 2014), implicando desse modo que se dirige a um colectivo associado ao pensamento humanista contemporâneo. E é a esse que dirige este seu diagnóstico, o de quão vão é o incessante esforço de recuperar uma inocência epistemológica, o que desobriga ao reinício da disciplina através de uma expiação eticamente fundamentada.

Steiner vai mais longe, e radica num contexto político epocal o debate cultural que venho aflorando. Ao indagar as causas das adesões aos totalitarismos no XX europeu, em particular ao nazi, Steiner (1992) situa-as no próprio âmago teológico da tradição intelectual europeia, na reacção à difusão do monoteísmo judaico por via cristã.<sup>49</sup> Constata que o horror desastinado não provém da “selva” excêntrica aludida por Conrad (1995 [1904]), qual fruto de um passado humano pré-civilizacional, como creu o evolucionismo. Vê-o como um dado matricial do pensamento moderno, apesar da crença na sua superioridade moral civilizacional. Ainda assim é a esse ninho do

---

<sup>49</sup> Para uma crítica (parcelar) desta problemática abordagem ver Amselle (2001: cap vii).

horror – o qual, de facto, ecoa o “ovo da serpente” de Shakespeare (1994 [c. 1600]: 45) -, a esse trajecto intelectual, que o judeu Steiner salvaguarda, apesar dos pesares do seu povo: “a própria atitude de auto-acusação e de remorso que caracteriza boa parte da sensibilidade esclarecida do Ocidente actual, se revela, uma vez mais, um fenómeno cultural peculiar. (...) O reflexo de um exame de consciência em nome de absolutos éticos é, de novo, um acto caracteristicamente ocidental e pós-voltairiano” (Steiner 1992: 73).

Esta crítica, constitutiva desse universalismo processual, sempre imperfeito, retrabalhado filosoficamente, expandindo-se pela prática científica, tem sido canibalizada por ataques políticos, em parte externos à disciplina, mas também demonizada pela autofagia típica da antropologia finimilenar (p. ex. Hobart 1995), algo que é transversal aos contextos intelectuais desta era. Trata-se de um primitivismo, exotizante, agitando a ideia de uma “culpabilidade branca”, sobre esses pressupostos ideológicos procurando instalar soluções políticas alternativas (Balandier 1976). É isso que nota Steiner: “Vendedores de palavras de ordem e pseudofilósofos familiarizaram o Ocidente com a ideia de que o homem branco foi como uma lepra na pele da terra, de que a sua civilização equivaleu a uma impostura monstruosa ou, no melhor dos casos, a um disfarce cruel e astucioso da exploração militar e económica. Ouvimos dizerem-nos, num tom de histeria punitiva, ora que a nossa cultura está condenada – o que corresponde a um modelo spengleriano de um apocalipse racional -, ora que só poderá ressuscitar através da transfusão violenta das energias, dos estilos de sensibilidade, representativos por excelência dos povos do “terceiro mundo.” (...) Trata-se de um neoprimitivismo (ou masoquismo penitencial) cujas raízes mergulham no coração da crise do Ocidente...” (Steiner 1992: 70).

O radicalismo (auto)crítico, até negacionista da possibilidade da antropologia pois instrumento de dominação histórica, dado que exotizadora e primitivista, é assim e também, paradoxalmente, fruto desse primitivismo, um eco actual do romanticismo, o implícito regresso ao comunitarismo extremo peculiar ao pós-modernismo (Gellner 1995b: 12-15). Não se trata agora de negar o quão radicada ao contexto ocidental, e à sua história imperial e colonial, esteve a constituição da antropologia, bem como restantes humanidades e ciências sociais, sabendo-a(s) estabelecida(s) no diálogo com o pensamento filosófico correspondente (Copans 2000). Mas sim de assumir de forma descomplexada, ainda que decerto em modo crítico, o legado disciplinar, bem como o transdisciplinar das humanidades e ciências sociais. Recuperando a confiança nos

artefactos da antropologia, entendendo que esta foi capaz de se descentrar face ao seu universo cultural originário, como Godelier (1993) demonstrou, exemplificando esse processo através da questão do parentesco, tão central na história da disciplina. E também de integrar a evidência de que o “ocidente” se desdobra em vários novos contextos, e deixando presumir que as formulações intelectuais deixam de estar ligadas, em regime de monopólio, aos contextos económicos, políticos e culturais que há décadas assim se caracterizam (Godelier 1991).

10. Em terceiro lugar, é contraditória a ênfase na exigência do posicionamento do investigador e do conteúdo político da investigação, na afirmação da relação dialógica constitutiva na análise como condição do exercício profissional. Face a uma antropologia que apreende a diversidade cultural sob um projecto universalista num processo assente nos termos da razão, entendo-a como constituída por um legado iluminista (Evans-Pritchard 1978, Firth 1975), sendo componente de uma tradição humanista, que a este é prévia e com o qual tem elementos conflituais e confluentes (Baumer 1990, Denby 2005). Essa tradição consagrou o projecto universalista. Com o naturalismo de Descartes e de Lineu, crente no estável equilíbrio do real (Berlin 1997: 4-6, 111-119, 2003: 10), e o viés verificacionista do jansenismo (Gadamer 2004: 8-27), estabeleceram-se ideais que alimentaram o positivismo e a crença tecnocrática na instrumentalização das ciências sociais, útil à política, e que ainda medra, em particular no desenvolvimentismo e no activismo que, de algum modo, daquele deriva.

Mas com essas perspectivas coexistiu uma outra via. Leach (1976) lembra que Vico, cujo humanismo é articulável com o iluminismo, afirmou a identidade das mentes humanas, a similitude das suas operações lógicas, moldadas e actuantes no senso comum, estabelecendo assim as bases para a compreensão intercultural.<sup>50</sup> É relevante a sua concepção da deriva histórica como contingente, uma desordem processual fruto de escolhas do “débil” e “muito incerto arbítrio humano” (Vico 2005 [1744]: 111), sem estar submetida a lógicas racionais endógenas (legislativas) e exógenas (metafísicas) nem equilíbrios ontológicos ou direcionalidade a discernir, essas reguladoras verdades eternas e universais apostas no historicismo.<sup>51</sup> Esta concepção de processo histórico é

---

<sup>50</sup> Para o historial da recepção das ideias de Vico ver Berlin (2000a). Para a questão da articulação entre romantismo e iluminismo em Herder ver Denby (2005), e em Bastian ver Koepping (1995).

<sup>51</sup> Sobre Vico ver Baumer (1990), Berlin (2000c), Melo (2005), Mora (1987), Popper (1999a [1976]: 74-76).

importante para depurar as derivas aplicadas da antropologia, programáticas e/ou tecnocráticas.

Esta visão do processo histórico é fundamental para entender os fundamentos compreensivos da disciplina. Em Vico a história, livre e aberta, é apreensível nos símbolos conjunturalmente erigidos, usados e refeitos, mundivisões com postulados políticos e morais sistematizadas em registos inutilitários (a que viemos a chamar “cultura”), sempre expressivos das especificidades sociais e as suas diversidades internas. São esses os núcleos da produção da realidade humana, sítos no que diz pensamento poético (o qual viemos a chamar “simbólico”), assim desencastrados do pensamento filosófico, assim (entre)visto como mera contingência histórica do percurso europeu e não como necessário cume intelectual para referir as constituintes do social. Esta é uma brecha crucial no evolucionismo intelectual. É esta oportunidade da empatia, não necessidade mas sim hipótese, ou seja, é este universalismo ontológico que implica a possibilidade da tradição antropológica.

Como julgo ser óbvio não trato de enquistar a abordagem antropológica numa sequela do pensamento de Vico. Trata-se apenas de recordar que a hipótese de estabelecimento de comunidades dialogantes por sobre a distância histórica e cultural, é algo que está afirmado no âmago, nas origens até, da dimensão humanista da disciplina, essa mesma que tantas críticas visam repudiar, sem que a possibilidade de estabelecimento dessas comunidades dialogantes suponha necessidades políticas nem o esgarçar da autoridade textual. Ou seja, sem que isso apele a uma transformação da posição, epistemológica e política, do investigador.

**11.** Em quarto lugar, considero contraditória a questão contra a autoridade autoral, entendendo-a, de facto, como uma prática de demanda autoritária. Apontei reclamações metodológicas que se pretendem expurgatórias do legado epistemologicamente poluído pelas assimetrias dos anteriores contextos coloniais e imperialistas. Como seu corolário instalou-se a atenção privilegiada na posicionalidade do investigador e o costume da sua explicitação como passo auto-enunciatório individual, que é também por esse intermédio a exposição do conjunto disciplinar dado que se presume assumir o investigador um conjunto de ditames deontológicos, sendo

como tal passível de representar a corporação.<sup>52</sup> O que transparece a afirmação de uma cientificidade obtida através de uma objectividade resultante de pressupostos éticos.

Mas, de facto, a proposta deste envolvimento metodológico estabelecido sobre uma adesão ética e política aos universos sociais nos quais ele decorre, e até à colectivização autoral, tem ainda uma dimensão de afirmação no seio de uma corporação marcada pelo vigor da ideologia meritocrática interna (Kucklik 1984: 77). O antropólogo obriga-se a ser solidário com o conjunto que aborda. Dele se espera ser - e quantas vezes concebe-se ele próprio - como um companheiro dos informantes, como se uma tradução afectiva dos mandamentos da observação participante. E isso surge, ou potencia-se, no terreno, pois se aventa (ou exige) ser na intensidade da experiência do trabalho de campo que desabrocha a personalidade política do investigador, qual crisálida, através da adesão ao contexto abordado sob o desígnio do engajamento social (Grimshaw, Hart 1996: 6-9), a qual é entendida como um “onus towards comradeship” (Amit 2000: 2).

Deste modo a afirmação dessa adesão ao contexto abordado, e a demonstração dos seus contornos e conteúdos, serve como um marcador da integração obtida no terreno. É matéria-prima para a legitimação individual, para aquisição (ou manutenção) de estatuto, seja no seio da comunidade antropológica, presumida como público preferencial (Elie 2006: 53), seja junto de outros núcleos leitores, em particular os observados, deste modo seguindo os ditames da afirmada responsabilidade de devolução, agora entendida como corolário da reciprocidade constitutiva da investigação, e por esta requerida (Sluka, Robben 2007: 9, 21-24). Ou seja, o envolvimento entendido enquanto adesão ética é, neste sentido, a constituição de uma (auto-)reclamação de competência profissional, implicando a introdução de uma narrativa da auto-transformação própria, na realidade sendo uma auto-enunciação de competência profissional, assim uma reclamação de autoridade.

A demanda da quase osmose no terreno, inserida na mitologia da observação participante, como modalidade de apreensão global do(s) seu(s) sentido(s) defrontados, solicita assim um compromisso ético com causas e preocupações locais. Recordo que ao apresentar o *Dictionnaire des Idées Reçues* de Flaubert, obra cuja leitura é recomendável a qualquer antropólogo, escreveu o ensaísta Philippe Meyer (1994: 85):

---

<sup>52</sup> Para uma visão de delimitação colectiva dos procedimentos metodológicos e deontológicos considerados correctos (e como tal corporativos) ver a história da crítica dos trabalhos de Castañeda (Marton 1994).

“Être bourgeois, avoir l’esprit bourgeois, c’est se conformer. Penser selon les habitudes de son milieu, quel qu’il soit”. Ora julgo que é esse, em última análise e até paradoxalmente, o cúmulo do ideal da velha abordagem participante, quando agora transladada sob esta elevação do empenhamento a requisito epistemológico. Denotando como, e para além das retóricas críticas às ideologias e ao cientismo, muito da disciplina está paradoxalmente algemado à conformidade com a prática burguesa ocidental. Mas não da forma habitualmente apontada, aquela da mácula da ascendência colonial (ou imperialista) ou etnocentrismo. Mas nesta submissão ideológica à aparente alteridade, nesse conformismo ao meio, qualquer que ele seja, assim no fundo uma tortuosa refração do sociocentrismo.

De facto, este horizonte de participação empenhada, na actualidade alvitrada como garante epistemológico, não se trata de uma novidade. Há mais de um século, treze anos antes da publicação de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, texto crucial da “revolução malinowskiana” que veio alimentar as múltiplas concepções de “observação participante”, Jack London publicou o conto *South of the Slot* (London 1995 [1909]). Escritor ideologicamente empenhado, London denotou também em várias das suas obras, mas principalmente na ficção sobre o Ártico, uma acerada sensibilidade antropológica, interrogando o entendimento intercultural. Mas é a trama deste seu conto, não exactamente o cume da sua obra literária, que o traz para o centro da actualidade da disciplina: Freddie Drummond é um professor de sociologia na universidade da Califórnia. Enceta investigações na zona operária de São Francisco, para isso assumindo uma outra identidade, a do operário Bill Totts. Durante alguns anos mantém essa duplicidade identitária, publicando como Drummond livros assentes nos dados captados na vivência daquele seu *alter ego*, através do que é uma estrita observação participante. Certo dia opta, fazendo desaparecer o seu original Drummond e assumindo-se definitivamente Totts, ficando com a sua operária amada. E como líder sindical.

É a este conto, uma peça literária menor do grande autor, e impregnado de um reformismo ideológico até cândido, que a actual proposta de engajamento na antropologia celebra, decerto que de modo involuntário. Deste modo ancorando, de novo, a visão sobre a prática antropológica correcta num discurso literário, no feixe das humanidades ocidentais.

**12.** Em assim sendo resta-me a consciência de que se a parafernália teórico-metodológica foi constituída (também) durante o período dos sistemas coloniais, fruto

da tradição humanística e da sedimentação das ciências sociais no contexto dito ocidental, a sua crítica extremada e a sua condenação ao activismo são também elas tributárias do mesmo legado, frutos do mesmo jarro de Pandora. E talvez por tal ser tão intuído que algumas das necessárias críticas surgem (surgiram) tão radicais, em desesperada forma de purificação, esta vã pois verdadeiramente desnecessária. Ciência do colono foi a antropologia. Talvez, talvez, a menos colonial de todas as outras. Decerto que a menos colonialista, um pouco devido à heterogeneidade do seu sempre pequeno número de praticantes, um pouco também pelo seu sempre relativo desenquadramento institucional, com toda a certeza que bastante devido às implicações afectivas e ideológicas produzidas pela sua metodologia canónica.

É hoje, no mundo global, um património disciplinar passível de manipulação por quem a reclame e saiba agilmente actualizar. Razões sociológicas nos cenários centrais da sua produção, e seus corolários ideológicos, que aliás acentuam a relativa marginalização da disciplina e seus praticantes, imprimem uma especialização temática, que surge como se uma obrigação teórica, a do centramento nos núcleos desapossados ou marginalizados, vitimizados. É aquilo que Ortner (2016) apelida de uma “antropologia do negrume”, que carrega consigo uma cultura profissional que apela à adesão ética aos desvalidos, qual serviço comunitário, olhando a antropologia qual *handmaiden of the victims* do capitalismo global. Algo que a uma primeira vista, espontânea, se impõe, tamanhos os problemas que avassalam o mundo, como qualquer investigador que se debruce sobre Moçambique pode testemunhar. Mas é uma opção, legítima e, acima de tudo, existencial. Apenas isso. Nunca uma obrigatoriedade, ética ou epistemológica, condição de uma qualquer objectividade possível, e muito menos ainda razão de ser. E ainda menos atribuidor de qualquer superioridade no seio da corporação.

Trata-se de viver uma segurança epistemológica, atenta pois crítica, crítica porque atenta, que não é objectivismo mas aquela que acredita que, tal como alguém afirmou há já um século que a antropologia seria mais do que passar uma temporada numa praia de pescadores do Pacífico austral, também o é hoje em dia mais do que assumir as causas e preocupações dos descendentes desses pescadores. É um saber. Um saber leigo, cujo exercício não obriga a qualquer penitência.

A pluralidade do legado da antropologia permite considerá-la como uma apreensão da diversidade cultural, uma operação vivida numa tradição compreensiva resultante num universalismo processual, este sempre inacabado, reconstituível. Incompletude que lhe é condição constitutiva, causa da multiplicidade teórica, sem que

isso implique impossibilidade cognoscente, como o julgaram algumas críticas relativistas,<sup>53</sup> frutos desses “delírios pós-modernos” como fulminou Bourdieu (2004: 7). Com a consciência do que Mintz (2000: 188) fulminou que “Our predecessors not only told the world but also showed the world that all peoples are equal - equally human, equal in what they are, equal in what they have done for humankind. Nobody else at that time had said it and demonstrated it; anthropologists did. It does not befit us children of that enlightenment to turn our backs on the method that was used to make those ideas accessible to all of us”.

E cada um, trabalhando no “negrume” ou na “luz”, escolherá o(s) seu(s) patrono(s). De preferência de modo livremente estratégico. Tal como é desejável que os seus interlocutores de pesquisa o possam fazer.

### Referências Bibliográficas

African Research Group, 1975, “Les études africaines en Amérique: la famille étendue”, Jean Copans (org.), *Anthropologie et Impérialisme*. Paris: François Maspero, 155-212.

Ahmed, Akbar, Shore, Cris, 1995, “Introduction: is anthropology relevant to contemporary world?”, Akbar Ahmed, Cris Shore (orgs.), *The Future of Anthropology: its Relevance to the Contemporary World*. London: Athlone, 12-45.

Amit, Vered, 2000, “Introduction: constructing the field”, Vered Amit (org), *Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. London / New York: Routledge, 1-18.

Amselle, Jean-Loup, 1999, “Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique”, Jean-Loup Amselle, Elikia M’Bokolo (orgs), *Au Couer de l’Ethnie*. Paris: La Découverte, 11-48.

Amselle, Jean-Loup, 2001, *Branchements. Anthropologie de l’Universalité des Cultures*. Paris: Flammarion.

Amselle, Jean-Loup, 2002, “Globalization and the future of anthropology”, *African Affairs*. 101: 213-229.

Amselle, Jean-Loup, 2008, *L’Occident Décroché*. Paris: Stock.

Amselle, Jean-Loup, M’Bokolo, Elikia (orgs.), 1999b, *Au Couer de l’Ethnie*. Paris: La Découverte.

---

<sup>53</sup> Ver Lepenies (1980), Hobbart (1995), Stauder (1980).



Appiah, Kwame Anthony, 1991, "Is the post- in postmodernism the post- in postcolonial?", *Critical Inquiry*. 17: 336-357.

Apter, Andrew, 1999, "Africa, empire, and anthropology: a philological exploration of anthropology's Heart of Darkness", *Annu. Rev. Anthropol.*, 28: 577-598.

Asad, Talal, 1973a, "Introduction", Talal Asad (org.), *Anthropology & the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 10-19.

Asad, Talal (org.), 1973b, *Anthropology & the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press.

Asad, Talal, 1979a, "Anthropology and the colonial encounter", G. Huizer, B. Manheim (orgs.), *The Politics of Anthropology: From Colonialism and Sexism Toward a View from Below*. The Hague/Paris: Mouton Publishers, 85-94.

Asad, Talal, 1979b, "British social anthropology", Stanley Diamond (org.), *Toward a Marxist Anthropology*. The Hague/Paris/New York: Mouton Publishers, 367-376.

Asad, Talal, 1991, "Afterword: from the history of colonial anthropology to the anthropology of western hegemony", George Stocking (org.), *Colonial Situations: Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. Madison, University of Wisconsin Press, 314-324.

Baert, Patrick, Isaac, Joel, 2011, "Intellectuals and society: sociological and historical perspectives", Gerard Delanty, Stephen Turner (orgs.), *Routledge International Handbook of Contemporary Social and Political Theory*. London/New York: Routledge, 200-211.

Balandier, Georges, 1951, "La situation coloniale: approche théorique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 11: 44-79.

Balandier, Georges, 1976, *Antopo-lógicas*. São Paulo: Cultrix.

Barnard, Alan, 2004, *History and Theory in Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Barth, Fredrik, 2002, "An anthropology of knowledge", *Current Anthropology*. 43 (1): 1-18.

Bauman, Zygmunt, 1998, *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Baumer, Franklin, 1990, *O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70.

Bendix, R., 1997, *In Search of Authenticity: The Formation of Folklore Studies*. Madison: The University of Wisconsin Press.

- Bennett, Tony, Dibley, Ben, Harrison, Rodney, 2014, “Introduction: anthropology, collecting and colonial governmentalities”, *History and Anthropology*. 25 (2): 137–149.
- Berger, Laurent, 2010, “Esquisse d’une archéologie et généalogie des savoirs anthropologiques”, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*. 18 (2): 117–137.
- Bergstraesser, Arnold, 1999 (1946), “Wilhelm Dilthey and Max Weber: an empirical approach to historical synthesis”, Bryan S. Turner (org.), *Max Weber: Critical Responses*. London/New York: Routledge.
- Berlin, Isaiah, 1997 (1979), *Against the Current: Essays in the History of Ideas*. London: Pimlico.
- Berlin, Isaiah, 2000a, “Um dos mais audaciosos inovadores do pensamento humano”, *O Poder das Ideias*. Lisboa: Relógio d’Água, 81-98.
- Berlin, Isaiah, 2000c, “Meinecke e o historicismo”, *O Poder das Ideias*. Lisboa: Relógio d’Água, 271 – 280.
- Berlin, Isaiah, 2003, *The Crooked Timber of Humanity. Chapters in the History of Ideas*. London: Pimlico.
- Berreman, Gerald D., 2007 (1991), “Ethics versus “realism” in anthropology”, Antonius C. G. M. Robben, Jeffrey A. Sluka (orgs.), *Ethnographic Fieldwork: an Anthropological Reader*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 298-315.
- Biehl, João, Good, Byron, Kleinman, Arthur, 2007, “Introduction: rethinking subjectivity”, João Biehl, Byron Good, Arthur Kleinman (orgs.), *Subjectivity: Ethnographic Investigations*. Berkeley: University of California Press, 1-24.
- Bloch, Maurice, 1977, “Introduccion”, Maurice Bloch (org.), *Análisis Marxistas y Antropología Social*. Barcelona: Anagrama, 5-9.
- Bloch, Maurice, 1983, *Marxism and Anthropology: the History of a Relationship*. Oxford: Clarendon Press.
- Boas, Franz, 1938b (1911), *The Mind of Primitive Man. Revised Edition*. New York. The MacMillan Company.
- Boas, Franz, 1962 (1928), “Modern life and primitive culture”, *Anthropology and Modern Life*. New York: W.W. Norton & Company, 202-246.
- Boghossian, Paul, 2015, *O Medo do Conhecimento: Contra o Relativismo e o Construtivismo*. Lisboa: Gradiva.
- Bohannon, Paul, 1973, “Etnografia e comparação em antropologia do direito”, Shelton Davis (org.), *Antropologia do Direito: Estudo Comparativo de Categorias de Dívida e Contrato*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 101-123.

- Boudon, Raymond, 1998, *O Justo e o Verdadeiro. Ensaio Sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Boudon, Raymon, 2009, *O Relativismo*. Lisboa: Gradiva.
- Bourdieu, Pierre, 1997b, *Méditations Pascaliennes*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre, 1998a, *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre, 2004, *Para Uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Brown, Richard, 1973, “Anthropology and colonial rule: the case of Godfrey Wilson and the Rhodes-Livingstone Institute, Northern Rhodesia”, Talal Asad (org.), *Anthropology & the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 173-196.
- Buntzell, Ruth, 1962, “Introduction”, Franz Boas, *Anthropology and Modern Life*. New York: W.W. Norton & Company, 4-10.
- Bunzl, Matti, 1996, “Franz Boas and the humboldtian tradition: from *Volksgeist* and *Nationalcharakter* to an anthropological concept of culture”, George Stocking (org.), *Volksgeist as Method and Ethic: Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Madison: The University of Wisconsin Press, 17-77.
- Burke, Peter, 1992, *O Mundo Como Teatro: Estudos de Antropologia Histórica*. Lisboa: Difel.
- Buruma, Ian, Margalit, Avishai, 2005, *Ocidentalismo. Uma Breve História da Aversão ao Ocidente*. Lisboa: Europa-América.
- Butler, Larry J., 1991, “The ambiguities of British colonial development policy, 1938-48”, A . Gorst, L. Johman, W. Scott Lucas (orgs.), *Contemporary British History, 1931-1961: Politics and the Limits of Policy*. London: Pinter, 119-140.
- Calame, Claude, 2007, “La fabrication de configurations culturelles en anthropologie critique: quelques réflexions”, Olivier Leservoisier, Laurent Vidal (orgs.) *L'Anthropologie Face à ses Objects*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines,
- Cannel, Fenella, 2005, “The christianity of anthropology”, *Journal. Royal Anthropological Institute* (N.S.). 11: 335-356.
- Caplan, Pat, 2003, “Introduction: anthropology and ethics”, Pat Caplan (org.), *The Ethics of Anthropology: Debates and Dilemmas*. London/New York: Routledge, 1-33.
- Caria, Telmo H. (org.), 2002, *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Carvalho, Clara, 2000, “A revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco da Guiné-Bissau”, *Etnográfica*. IV (1): 37-59.

Castelo, Cláudia, 2012, “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 19 (2): 391-408.

Chambers, Erve, 1987, “Applied anthropology in the post-Vietnam era”, *Ann. Rev. Anthropol.* 16: 309-337.

Clifford, James, 1997, “Spatial practices: fieldwork, travel, and the disciplining of anthropology”, Akhil Gupta, James Ferguson (orgs.), *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley: University of California Press, 185-222.

Clifford, James, 1998, “Sobre a automodelagem etnográfica: Conrad e Malinowski”, *A Experiência Etnográfica: Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 100-131.

Clifford, James, Marcus, George (orgs.), 1986, *Writing Culture: the Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.

Cohn, Bernard S., 1988a (1980), “History and anthropology: the state of the play”, *An Anthropologist Among the Historians and Other Essays*. New Delhi: Oxford University Press, 18-49.

Comaroff, John, Comaroff, Jean, Schapera, Isaac, 1988, “On the founding fathers, fieldwork and functionalism: a conversation with Isaac Schapera”, *American Ethnologist*. 1 (3): 554-565.

Conrad, Joseph, 1995 (1902), “Heart of darkness”, *Heart of Darkness and Other Stories*. Ware: Wordsworth, 3-77.

Conquergood, Dwight, 1991, “Rethinking ethnography: towards a critical cultural politics”, *Communication Monographs*. 58: 179-194.

Copans, Jean, 1975, “Présentation”, Jean Copans (org.), *Anthropologie et Impérialisme*. Paris, François Maspero, 7-13.

Copans, Jean, 1981a (1970), “Antropologia, imperialismo e revolução: algumas reflexões”, *Críticas e Políticas da Antropologia*. Lisboa: Edições 70, 115-129.

Copans, Jean, 1981b (1972), “Os antropólogos e o Vietnam”, *Críticas e Políticas da Antropologia*, Lisboa: Edições 70, 139-146.

Copans, Jean, 1998, *La Longue Marche de la Modernité: Savoir, Intellectuels, Démocratie*. Paris: Khartala.

Copans, Jean, 2000, “Les sciences sociales africaines ont-elles une âme de philosophe? Ou du fosterage de la philosophie”, *Politique Africaine*. 77: 54-71.

Copans, Jean, 2007b, “Les frontières africaines de l’anthropologie”, *Journal des anthropologues* [En ligne], 110-111 (acesso 16.12.2015), URL : <http://jda.revues.org/2499>.

- Coquery-Vidrovitch, Catherine, 1999, "The rise of francophone african social science: from colonial knowledge to knowledge of Africa", William G. Martin and Michael O. West (orgs.), *Out of One: Many Africas*. Chicago: University of Illinois Press, 39-53.
- Crapanzano, Vincent, 1986, *Waiting: the Whites of South Africa*. New York: Vintage Books.
- Crowder, Michael, 1964, "Indirect rule – french and british style", *Africa, Journal of the International African Institute*. XXXIV (3): 197-205.
- D'Azevedo, Warren L., 2009, *Rebel Destinies: Remembering Herskovits*. Evanston: Northwestern University, Program of African Studies, PAS Working Papers, 15.
- Darnell, Regna, 2000, *And along came Boas: Continuity and Revolution in Americanist Anthropology*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Darnell, Regna, 2015, "Historiographic Conundra: The Boasian Elephant in the Middle of Anthropology's Room", Regna Darnell, Michelle Hamilton, Robert L.A. Hanckock, Joshua Smith (orgs.), *The Franz Boas Papers I: Franz Boas as Public Intellectual – Theory, Ethnography, Activism*. Lincoln: The University of Nebraska Press, xi-xxvi.
- Davies, Charlotte Aull, 1999, *Reflexive Ethnography: a Guide to Researching Selves and Others*. London: Routledge.
- Denby, David, 2005, "Herder: culture, anthropology and the Enlightenment", *History of the Human Sciences*. 18 (1): 55-76.
- Deschamps, Hubert, 1965, *Les Institutions Politiques de l'Afrique Noire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dewbury, Adam, 2007, "The american school and scientific racism in early american anthropology", Regna Darnell, Frederic W. Gleach (orgs.), *Histories of Anthropology Annual. Volume 3*. Lincoln / London: University of Nebraska Press: 121-147.
- Douglas, Mary, 1999, *Comment Pensez les Institutions*. Paris: Éditions La Découverte/M.A.U.S.S.
- Duby, Georges, 1992, *A História Continua*. Lisboa: Edições Asa.
- Durkheim, Émile, 1984, *Sociologia, Educação e Moral*. Porto: Rés.
- Edelman, Marc, Haugerud, Angelique, 2005, "Introduction: the anthropology of development and globalization", Marc Edelman, Angelique Haugerud, *The Anthropology of Development and Globalization: From Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism*. Malden: Blackwell, 1-74.
- Eisenstadt, Shmuel Noah, 1990, "Functional analysis in anthropology and sociology", *Annu. Rev. Anthropol.* 19: 243-260.

Ekeh, Peter, 1990, "Social anthropology and two contrasting uses of tribalism in Africa", *Comparative Studies in Society and History*. 32 (4): 660-700.

Elie, Serge, 2006, "Anthropology and post-colonial thought: the paradoxical quest for positionality", *Studies in Social and Political Thought*. 12: 53-72.

Eriksen, Thomas Hylland, 2001, "Between universalism and relativism: A critique of the UNESCO concepts of culture", Jane Cowan, Marie-Bénédicte Dembour and Richard Wilson (orgs.), *Culture and Rights: Anthropological Perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press, 127-148.

Eriksen, Thomas Hylland, 2010, "The challenges of anthropology", *Int. J. Pluralism and Economics Education*. 1 (3): 194-202.

Eriksen, Thomas Hylland, Nielsen, Finn Sivert, 2001, *A History of Anthropology*. London: Pluto Press.

Evans-Pritchard, Edward Evan, 1940, *The Nuer: a Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Oxford: Clarendon Press.

Evans-Pritchard, Edward Evan, 1949, *The Sanusi of Cyrenaica*. Oxford: Clarendon Press.

Evans-Pritchard, Edward Evan, 1978 (1951), *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70.

Evans-Pritchard, Edward Evan, 2010 (1940), "Los Nuer del sur de Sudán", Meyer Fortes, Edward Evan Evans-Pritchard (orgs.), *Sistemas Políticos Africanos*. Juárez: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 405-437.

Fabian, Johannes, 1983, *Time and the Other: How Anthropology Makes its Object*. New York: Columbia University Press.

Fabian, Johannes, 2008, "'Antropologías del mundo': interrogantes", Gustavo Lins Ribeiro, Arturo Escobar (orgs.), *Antropologías del Mundo: Transformaciones Disciplinarias Dentro de Sistemas de Poder*. Popayan: Enviación Editores, 335-354.

Fanon, Franz, 1975, *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem.

Faris, John, 1973, "Pax Britannica and the Sudan: S. F. Nadel", Talal Asad (org.), *Anthropology & the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 153-172.

Feller, Jean, 1975, "Que sais-je?": une collection qui a réponse à tout", *Communication et Langages*. 28: 71-75.

Firth, Raymond, 1970 (1957), "The place of Malinowski in the history of economic anthropology", Raymond Firth (org.), *Man and Culture: an Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*. London: Routledge & Kegan, 209-227.

Firth, Raymond, 1975, "An appraisal of modern social anthropology", *Annu. Rev. Anthropol.* 4: 1-26.

- Firth, Raymond, 1992, "A future for social anthropology", Sandra Wallman (org.), *Perspectives from Social Anthropology*. London: Routledge, 208-223.
- Fortescue, Adrian, 1908, "Confiteor", *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4. New York: Robert Appleton Company, <<http://www.newadvent.org/cathen/04222a.htm>>.
- Friedmann, John, 1996, *Empowerment : uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Gadamer, Hans-Georg, 2004, *Truth and Method*. London: Continuum.
- Geertz, Clifford, 1988, "Evans-Pritchard's african transparencies", *Works and Lives: the Anthropologist as Author*. Oxford: Polity.
- Geertz, Clifford, 2000a, "The state of the art", *Available Light: Anthropological Reflections on Philosophical Topics*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 89-142.
- Geertz, Clifford, 2000b, "Thinking as a moral act: ethical dimensions of anthropological fieldwork in the new states", *Available Light: Anthropological Reflections on Philosophical Topics*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 21-41.
- Gellner, Ernest, 1973, *Selected Philosophical Themes. Vol. I Cause and Meaning in the Social Sciences*. New York/London: Routledge.
- Gellner, Ernest, 1995a, *Razão e Cultura*. Lisboa: Teorema.
- Gellner, Ernest, 1995b, "The politics of anthropology", *Anthropology and Politics: Revolution in the Sacred Groves*. Oxford: Blackwell Publishers, 12-26.
- Gledhill, John, 2000, *Power and its Disguises: Anthropological Perspectives on Politics*. London/Sterling: Pluto Press.
- Godelier, Maurice, 1991, "Is the West the model for humankind? The Baruya of New Guinea between change and decay", *ISSJ*. 128: 387-399.
- Godelier, Maurice, 1993, "L'occident, miroir brisé. Une évaluation partielle de anthropologie sociale assortie de quelques perspectives", *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 48 (5): 1183-1207.
- Goody, Jack, 1995, *The Expansive Moment. Anthropology in Britain and Africa. 1918-1970*. Cambridge: University Press.
- Gordon, R., 2010, "Anthropology and Apartheid – the rise of military ethnology in South Africa", *Cultural Survival*. 22.
- Gough, Kathleen, 1968, "Anthropology and colonialism", *Monthly Review*. April 1968: 12-27.

Gough, Kathleen, 1975 (1968), “Des propositions nouvelles pour les anthropologues”, Jean Copans (org.), *Anthropologie et Colonialisme*. Paris: François Maspero, 17-59.

Gray, Jonh, 2009, *Gray's Anatomy: Selected Writings*. London: Allen Lane.

Green, Edward C., 1995, “Anthropologists as villains”, *Anthropology Newsletter*. May 1995: 52.

Grillo, Ralph, 1997, “Discourses of development: the view from anthropology”, Ralph Grillo, Roderick L. Stirrat (orgs.), *Discourses of Development: Anthropological Perspectives*. London: Berg,

Grimshaw, Anna, Hart, Keith, 1996, *Anthropology and the Crisis of the Intellectuals*. Cambridge: Prickly Pear Press.

Gruber, Jacob W., 1970, “Ethnographic salvage and the shaping of anthropology”, *American Anthropologist*. 72: 1289-1299.

Gulliver, 1985, “An applied anthropologist in East Africa during the colonial era”, Ralph Grillo, A. Rew (orgs.), *Social anthropology and development policy*. London: Tavistock, 37-57.

Gupta, Akhil, Ferguson, James, 1997a, “Discipline and practice: “the field” as site, method and location in anthropology”, Akhil Gupta, James Ferguson (orgs.), *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley: University of California Press, 1-46.

Habermas, Jurgen 2010 (1996), “Concepções de modernidade. Uma retrospectiva de duas tradições”, *Obras Escolhidas. Vol I: Fundamentação Linguística da Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 317-344.

Handler, Richard, 1983, “The dainty and the hungry man: literature and anthropology in the work of Edward Sapir”, George Stocking (org.), *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press, 208-231.

Harris, Marvin, 1995, “Guilt by association”, *Anthropology Newsletter*. September 1995: 2.

Herskovits, Melville J., 1959, “Africa, South of the Sahara, 1958”, *Naval War College Review*. 11 (10): 29-46.

Hernandez, Hector Guerra, 2016, “Afiml, África é patrimônio de quem? Descolonizar o conhecimento como proposta curricular”, Simoni Mendes de Paula, Sílvia Marcus de Souza Correa (orgs.), *Nossa África – Ensino e Pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 31-40.

Herzfeld, Michel, 1997, “Anthropology: a practice of theory”, *International Social Science Journal*. Vol 49 (153): 301-318.

Herzfeld, Michael, 2001, *A Antropologia do Outro Lado do Espelho. Etnografia Crítica nas Margens da Europa*. Lisboa: Difel.



Hobart, Mark, 1995, *After anthropology? A view too near*. Paper to the Anthropology Department Seminar 26, London: S.O.A.S.

Hogbin, H. Ian, 1970 (1957), "Anthropology as public service and Malinowski's contribution to it", Raymond. Firth (org.), *Man and Culture: An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*. London: Routledge & Kegan, 245-264.

Howe, Cymene, 2015, "Queer anthropology", *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Houston: Elsevier.

Hymes, Dell, 1969, *Reinventing Anthropology*. New York: Random House.

Jackson, Walter, 1986, "Melville Herkovits and the search for afro-american culture", George W. Stocking Jr. (org.), *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on Culture and Personality*. Madison: The University of Wisconsin Press, 95-126.

James, Paul, Steger, Manfred B., 2014, "The genealogy of globalization: the career of a concept", *Globalizations*. 11 (4): 417-434.

James, Wendy, 1973, "The anthropologist as reluctant imperialist", Talal Asad (org.), *Anthropology and the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 41-69.

Kahn, Joel S., 2001, "Anthropology and modernity", *Current Anthropology*. vol, 42 (5): 651-680.

Keyes, Charles F., 2002, "Weber and anthropology", *Annu. Rev. Anthropol.* 31: 233-55.

Khambane, Chitlango, Clerc, André-Daniel, 1990, *Chitlango, Filho de Chefe*. Maputo: Cadernos Tempo.

Kissinger, Henry, 1995, *Diplomacy*. London: Simon & Schuster.

Knight, Nathaniel, 2009, "Seeking the self in the other: ethnographic studies of non-russians in the Russian Geographical Society, 1845-1860", Michal Branch (org.), *Defining Self: Essays on Emergent Identities in Russia, Seventeenth to Nineteenth Centuries*. Helsinki: Finnish Literature Society, 117-138.

Koepping, Klaus-Peter, 1995, "Enlightenment and Romanticism in the work of Adolf Bastian: the historical roots of anthropology in the nineteenth century", Han Vermeulen, Arturo Alvarez Roldan, (orgs.), *Fieldwork and Footnotes: Studies in the History of European Anthropology*. London/New York: Routledge, 75-91.

Kuklick, Henrika, 1984, "Tribal exemplars: images of political authority in british anthropology, 1885-1945", George Stocking (org.), *Functionalism Historicized: Essays on British Social Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 59-82.

Kuper, Adam, 1973, *Antropologia y Antropologos. La Escuela Britanica 1922-1972*. Barcelona: Anagrama.

- Kuper, Adam, 2005, “Histórias alternativas da antropologia social britânica”, *Etnográfica*. IX (2): 209-230.
- Kuper, Adam, 2008, *A Reinvenção da Sociedade Primitiva. Transformações de um Mito*. Recife: Editora Universitária.
- Kuper, Adam, 2010, “The original sin of anthropology”, *Paideuma*. 56: 123-144.
- Kuper, Hilda, 1984, “Function, history, biography: reflections on fifty years in the british anthropological tradition”, George Stocking (org.), *Functionalism Historicized. Essays on British Social Anthropology*. Madison, The University of Wisconsin Press, 192-213.
- L’Estoile, Benoît, 2000, “Science de l’homme et “domination rationelle: savoir ethnologique et politique indigene en Afrique coloniale française”, *Revue de Synthèse*. 4 (3-4): 291-323.
- Lackner, Helen, 1973, “Colonial administration and social anthropology: eastern Nigeria, 1920-140”, Talal Asad (org.), *Anthropology & the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press, 123-151.
- Lawrence, Peter, 1975, “The ethnographic revolution”. *Oceania*. 45 (4): 253-271.
- Leach, Edmund, 1961a, “Rethinking anthropology”, *Rethinking Anthropology*. London: The Athlone Press, 1-27.
- Leach, Edmund, 1976, “Vico and the future of anthropology”, *Social Research*. 43: 808-817.
- Leach, Edmund, 1980, “Malinowskiana: on reading *A Diary in the Strict Sense of the Term*: or the self mutilation of Professor Hsu”, *RAIN*. 26: 2-3.
- Leach, Edmund, 1984, “Glimpses of the unmentionable in the history of british social anthropology”, *Annual Review of Anthropology*. 13 (1): 1-23.
- Leal, João, 2006b, ““Tylorian professors and japanese corporals”: teoria antropológica e identidade nacional na etnografia portuguesa”, *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos. Transições*. Lisboa: Livros Horizonte, 111-121.
- Labouret, Henri, 1959 (1946), *L’Afrique Précoloniale*. Paris. Presses Universitaires de France.
- Lacroix, Gilles, 1979, *Elements Pour Une Etude de la Colection “Que Sais-Je?”*. Villeurbanne: Ecole Nationale Supérieure de Bibliothécaires.
- Leclerc, Gérard, 1973, *Crítica da Antropologia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Leiris, Michel, 2005a (1950), “L’ethnologue devant le colonialisme”, *Cinq Études d’Ethnologie*. Paris: Gallimard, 83-112.

- Leiris, Michel, 2005b (1950), “Race et Civilization”, *Cinq Études d’Ethnologie*. Paris: Gallimard, 9-80.
- Leite, Iara Costa, Pomeroy, Melissa, Suyama, 2015, “Brazilian South-South development cooperation: the case of the ministry of social development in Africa”, *Journal of International Development*. 27: 1446-1461.
- Lepenes, W., 1980, “Germany: the search for a new ancestor”, Stanley Diamond (org.), *Anthropology: Ancestors and Heirs*. The Hague: Mouton Publishers, 395-430.
- Lévi-Strauss, Claude, 1966, “Anthropology: its achievements and future”, *Current Anthropology*. 7: 124-127.
- Lévi-Strauss, Claude, 1980 (1952), *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lewis, Diane, 1973, “Anthropology and colonialism”, *Current Anthropology*. 14 (5): 581-602.
- Lewis, Herbert S., 1999, “The misrepresentation of anthropology and its consequences”, *Current Anthropology*. 100 (3): 716-731.
- Lewis, Herbert S., 2004, “Imagining anthropology’s history”, *Reviews in Anthropology*. Vol. 33: 243-261.
- Lewis, Herbert S., 2005, “Anthropology, the Cold War, and intellectual history”, Regna Darnell, Frederic Gleach (orgs.), *Histories of Anthropology Annual, vol. 1*. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 99-113.
- Lewis, Herbert S., 2007, “The influence of Edward Said and Orientalism on anthropology, or: can the anthropologist speak?”, *Israel Affairs*. 13 (4): 774–785.
- Lewis, Herbert S., 2009, “The radical transformation of anthropology: history seen through the annual meetings of the American Anthropological Association, 1955-2005”, Regna Darnell, Frederic W. Gleach (orgs.), *Histories of Anthropology Annual. Vol. 5*. University of Nebraska Press, 200-228.
- Lewis, Herbert S., 2014, *In Defence of Anthropology: an Investigation of the Critique of Anthropology*. New Brunswick / London: Transaction Publishers.
- Lewis, Herbert, 2015, “The individual and individuality in Franz Boas’s anthropology and philosophy”, Regna Darnell, Michelle Hamilton, Robert L.A. Hanckock, Joshua Smith (orgs.), *The Franz Boas Papers I: Franz Boas as Public Intellectual – Theory, Ethnography, Activism*. Lincoln: The University of Nebraska Press, 19-42
- Lima, Antónia Pedroso de, Sarró, Ramon (orgs.), 2006, *Terrenos Metropolitanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- London, Jack, 1995 (1909), “Ao sul da fenda”, *O Vagabundo e Outras Histórias*. Lisboa: Dinossauro Edições.

- Lowie, Robert, 1991 [1937], *Histoire de l'Ethnologie Classique*. Paris: Éditions Payot.
- Mafeje, A., 1971, "The ideology of "tribalism", *The Journal of Modern African Studies*. 9 (2): 253-261.
- Mafeje, A., 2001, *Anthropology in Post-Independence Africa: End of an Era and the Problem of Selfredefinition*. Nairobi: Heinrich Bool Foundation.
- Magubane, Bernard, 1971, "Un regard critique sur les critères utilisés dans l'étude des changements sociaux en Afrique coloniale", Jean Copans (org.), *Anthropologie et Impérialisme*. Paris: François Maspero, 265-306.
- Magubane, Bernard, 1985, "The evolution of class structure in Africa", Peter Gutkind, Immanuel Wallerstein (orgs.), *Political Economy of Contemporary Africa*. Beverly Hills: Sage, 189-227.
- Magubane, Bernard, 1996, *Anthropology and Independent Africans: Suicide or End of an Era?*. Dakar: CODESRIA.
- Mair, Lucy, 1969, *Anthropology and Social Change*. London: The Athlone Press.
- Mair, Lucy, 1970a (1957), "Malinowski and the study of social change", Raymond Firth (org.), *Man and Culture. An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*. London: Routledge & Kegan, 229-244.
- Malinowski, Bronislaw, 1929, "Practical anthropology", *Africa: Journal of the International African Institute*. 2 (1): 22-38.
- Malinowski, Bronislaw, 1930, "The rationalization of anthropology and administration", *Africa: Journal of the International African Institute*. 3 (4): 405-430.
- Malinowski, Bronislaw, 1932 (1922), *The Argonauts of Western Pacific: as Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. New York: George Routledge & Sons.
- Malinowski, Bronislaw, 1938, "The anthropology of changing african cultures", Lucy Mair (org.), *Methods and Study of Culture Contact in Africa*. Oxford: Oxford University Press.
- Malinowski, Bronislaw, 1945, *The Dynamics of Culture Change: an Inquiry into Race Relations in Africa*. New Haven: The Yale University Press.
- Malinowski, Bronislaw, 1948 (1916), "Baloma: the spirits of the dead in the Trobriand islands", *Magic, Science and Religion, and Other Essays*. Boston / Glencoe: Beacon Press / The Free Press, 125-227.
- Malinowski, Bronislaw, 1968 (1944), "Réflexions critiques sur la vie de James George Frazer". *Une Théorie Scientifique de la Culture*. Paris: François Maspero, .

- Malinowski, Bronislaw, 1997 (1967), *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Mamdani, Mahmood, 1996, *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. London: James Currey.
- Manghezi, Nadia, 1999, *O Meu Coração Está nas Mãos de Um Negro: Uma História de Vida de Janet Mondlane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.
- Manuel, Frank, Manuel, Fritzie, 1997 (1979), *Utopian Thought in the Western World*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Maquet, Jacques, 1964 “Objectivity in anthropology”, *Current Anthropology*. 5 (1): 47–55.
- Marcus, George E., 1995, “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography”, *Annual Review of Anthropology*. 24: 95-117.
- Marcus, George E., Fischer, Michael M. J., 1999, *Anthropology as Cultural Critique*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Marcus, George E., Okely, Judith, 2007, “How short can fieldwork be?”, *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*. 15 (3): 353–367.
- Martins, Humberto, Mendes, Paulo (orgs.), 2016a, *Trabalho de Campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Marton, Yves, 1994, “The experiential approach to anthropology & Castañeda ambiguous legacy”, David Young, Jean-Guy Goulet (orgs.), *Being-Changed by Cross-Cultural Encounters: the Anthropology of Extraordinary Experience*. Peterborough: Broadview Press, 273-297.
- Mbembe, Achille, 1992, “Provisional notes on the postcolony”, *Africa: Journal of the International African Institute*. 62 (1): 3-37.
- Mbembe, Achille, 2001, *On the Postcolony*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Mead, Margaret, 1973, “Changing styles of anthropological work”, *Annu. Rev. Anthropol.* 2: 1-27.
- Medeiros, Paulo de, 2006, “Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial”, Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Portugal não é um País Pequeno: Contar o “Império” na Pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 339-356.
- Medeiros, Paulo de, 2007, “Turning points: an introduction to postcolonial theory and lusophone literatures”, Paulo de Medeiros (org.), *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Universiteit Utrecht, 1-7.

- Melo, A. M. B., 2005, “Palavra preliminar”, Giambattista Vico. *Ciência Nova*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v-xx.
- Merridale, Catherine, 1990, *Moscow Politics and the Rise of Stalin: the Communist Party in the Capital, 1925-1932*. London: MacMillan Press.
- Meyer, Philippe, 1994, “Flaubert, ou le sens de la bêtise”, Gustave Flaubert, *Dictionnaire des Idées Reçues*. Paris: Editions Mille et Une Nuits, 85-89.
- Mignolo, Walter, 2005, “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”, Eduardo Lander (org.), *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Sul-Americanas*. Buenos Aires: Clacso, 33-49.
- Mignolo, Walter, 2011., *Global Coloniality and the World Disorder: Decoloniality after Decolonization and Dewesternization after the Cold War*. Paper prepared for the 13th Rhodes Forum.
- Mignolo, Walter, Gómez, Pedro Pablo, 2015, “Estéticas decoloniales: sentir, pensar, hacer en Abya Yala y la Gran Comarca”, Pedro Pablo Gómez (org.), *Trayectorias de Re-existencia: Ensayos en Torno a la Colonialidad/decolonialidad del Saber, el Sentir y el Creer*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José Caldas, 99-122.
- Mignolo, Walter, Vásquez, Rolando, 2015, “Aesthesis decolonial: heridas coloniales/sanaciones decoloniales”, Pedro Pablo Gómez (org.), *Trayectorias de Re-existencia: Ensayos en Torno a la Colonialidad/decolonialidad del Saber, el Sentir y el Creer*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José Caldas, 123-136.
- Mintz, Sidney, 2000, “Sows’ ears and silver linings. A backward look at ethnography”, *Current Anthropology*. 41 (2): 169-189.
- Mondlane, Eduardo, 1995 (1969), *Lutar Por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.
- Moore-Gilbert, B., 1997, *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*. London/New York: Verso.
- Mora, José Ferrater, 1987, *Visões da História*. Porto: Rés.
- Mudimbe, Valentin Y., 1988, *The Invention of Africa*. Bloomington: Indiana University Press.
- Mudimbe, Valentin Y., 2007, “Recovering the obvious: race and mental health”, G. Iwele, L. Kerr, V. Y. Mudimbe (orgs.), *The Normal & Its Orders. Reading Georges Canguilhem*. Ottawa: Malaika, 101- 151.
- Nature, 1921, “Editorial: applied anthropology”, *Nature*. 108 (2715): 329-331.
- Ngoenha, Severino, 1994, *O Retorno do Bom Selvagem: Uma Perspectiva Filosófico-Africana do Problema Ecológico*. Porto: Edições Salesianas.

- Nkwi, Paul Nchoji, 2008, “La antropología en una África poscolonial: el debate de supervivencia”, Gustavo Lins Ribeiro, Arturo Escobar (orgs.), *Antropologías del Mundo: Transformaciones Disciplinarias Dentro de Sistemas de Poder*. Popayan: Enviñon Editores, 191-215.
- Nyamnjoh, Francis B., 2012, “Blinded by sight: divining the future of anthropology in Africa”, *Africa Spectrum*. 2-3: 63-92.
- Nyoka, Bongani, 2013, “Negation and Affirmation: a critique of sociology in South Africa”, *African Sociological Review*. 17 (1): 3-24.
- Ortner, Sherry B., 1984, “Theory in anthropology since the sixties”, *Society for Comparative Study of Society and History*. 26 (1): 126-166.
- Ortner, Sherry B., 2006, *Anthropology and Social Theory: Culture, Power, and the Acting Subject*. Durham / London: Duke University Press.
- Ortner, Sherry B., 2016, “Dark anthropology and its others: theory since the eighties”, *Hau: Journal of Ethnographic Theory*. 6 (1): 47–73.
- Owusu, Maxwell, 1978, “Ethnography of Africa: the usefulness of the useless”, *American Anthropologist*. 80: 310-334.
- Passmore, John, 2000, *The Perfectability of Man*. Indianapolis: Liberty Fund.
- Patterson, Thomas C., 2001, *A Social History of Anthropology in the United States*. New York: Berg.
- Pels, Peter, 1997, “The anthropology of colonialism: culture, history, and the emergence of western governmentality”, *Annu. Rev. Anthropol.*, 26, 163-183.
- Pels, Peter, 1999, “Professions of duplexity: a prehistory of ethical codes in anthropology”, *Current Anthropology*. 40 (2): 101-136.
- Pels, Peter, 2000, “The trickster’s dilemma: ethics and the technologies of the anthropological self”, Marilyn Strathern (org.), *Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. London / New York: Routledge, 135-172.
- Pels, Peter, Salemink, Oscar, 1994, “Five theses on ethnography as colonial practice”, *History and Anthropology*. 8 (1-4): 1-34.
- Pels, Peter, Salemink, Oscar, 1999, “Introduction: locating the colonial subjects of anthropology”, Peter Pels, Oscar Salemink (orgs.), *Colonial Subjects: Essays on the Practical History of Anthropology*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1-42.
- Pina-Cabral, João, 2005a, “Crises de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial”, *Horizontes Antropológicos*. 11 (24): 229-253.
- Pina-Cabral, João, 2006a, “Reflexões finais”, Antónia Pedroso de Lima, Ramon Sarró (orgs.), *Terrenos Metropolitanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 177-192.

Pina-Cabral, João, 2006b, “‘Anthropology’ challenged: notes for a debate”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*. 12: 663-673.

Pina-Cabral, João, 2010, “The door in the middle: six conditions for anthropology”, Deborah James, Christina Toren (orgs.), *Culture, Context and Anthropologists’ Accounts*. Oxford: Berghahn Books, 264-294.

Pina-Cabral, João, 2014a, *Towards an Ecumenical Anthropology*. Manuscrito.

Popper, Karl, 1991 (1982), “Tolerância e responsabilidade intelectual”, *Sociedade Aberta, Universo Aberto*. Lisboa: D. Quixote, 93-110.

Popper, Karl, 1999a (1976), “O mito do contexto”, *O Mito do Contexto*. Lisboa: Edições 70, 55-89.

Pratt, Mary-Louise, 1986, “Fieldwork in common places”, James Clifford, George Marcus (orgs.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 27-50.

Pratt, Mary-Louise, 1992, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge.

Propp, Vladimir, 1980, *Édipo à Luz do Folclore*. Lisboa: Vega.

Rabinow, Paul, 1977, *Reflections on Fieldwork in Morocco*. Berkeley: University of California Press.

Rabinow, Paul, 2007, “Anthropological observation and self-formation”, João Biehl, Byron Good, Arthur Kleinman (orgs.), *Subjectivity: Ethnographic Investigations*. Berkeley: University of California Press, 98-118.

Rapport, Nigel, Overing, Joanna, 2000, *Social and Cultural Anthropology: Key Concepts*. London/New York: Routledge.

Ribeiro, Gustavo Lins, Escobar, Arturo, 2008, “Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder”, Gustavo Lins Ribeiro, Arturo Escobar (orgs.), *Antropologías del Mundo: Transformaciones Disciplinarias Dentro de Sistemas de Poder*. Popayan: Envió Editores, 11-40.

Richards, Audrey, 1941, “A problem of anthropological approach”, *Bantu Studies*. 15 (1): 45-52.

Robben, Antonius C.G.M., 2007, “Reflexive ethnography”, Antonius C.G.M. Robben, Jeffrey A. Sluka (orgs.), *Ethnographic Fieldwork: an Anthropological Reader*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 443-446.

Robben, Antonius C.G.M., Sluka, Jeffrey A. (orgs.), 2007, *Ethnographic Fieldwork: an Anthropological Reader*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing.



- Roque, Ricardo, 2006b, “Colonialidade equívoca: Fonseca Cardoso e as origens da antropologia colonial portuguesa”, Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Portugal não é um País Pequeno: Contar o “Império” na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 83-111.
- Roriz, Marta, Padez, Cristina, 2017, “A regulação ética da investigação e os desafios postos às práticas etnográficas”, *Etnográfica*. 21 (1): 75-95.
- Rosa, Frederico Delgado, 2017, “Profetismos norte-ameríndios e colonialismo: um capítulo esquecido da história da antropologia?”, *Etnográfica*. 21 (2): 225-245.
- Rosseti, Carlo, 1985, “B. Malinowski, the sociology of 'modern problems' in Africa and the 'colonial situation'”, *Cahiers d'Études Africaines*. 25 (100): 477-503.
- Rowland, Robert, 1987, *Antropologia, História e Diferença. Alguns Aspectos*. Porto: Afrontamento.
- Said, Edward, 1989, “Representing the colonized: anthropology’s interlocutors”, *Critical Inquire*. 15: 205-225.
- Said, Edward, 2000 [1993], *Culture et Impérialisme*. Paris: Fayard.
- Said, Edward, 2003, *Freud and the Non-European*. London: Verso.
- Said, Edward, 2004 [1978], *Orientalismo*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Sanches, Manuela Ribeiro, 2002, “O “homem” reinventado”, Manuela Ribeiro Sanches (org.), *A Invenção do Homem. Raça, Cultura e História na Alemanha do Século XVIII*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 27-41.
- Sanjek, Roger, 2014, *Ethnography in Today’s World: Color Full Before Color Blind*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Sansone, Lívio, 2014, “Eduardo Mondlane and the social sciences”, *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*. 10 (2): 73-111.
- Santos, Boaventura Sousa, 2003b, “O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico”, Boaventura Sousa Santos, João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Vol. 1. Porto: Afrontamento, 47-95.
- Sapir, Edward, 1985 (1916), “Time perspective in aboriginal american culture: a study in method”, *Selected Writings in Language, Culture, and Personality*. Berkeley: University of California Press, 389-462.
- Sardar, Ziauddin, 1999, “Development and the locations of eurocentrism”, Ronaldo Munck, Denis O’Hearn (orgs.), *Critical Development Theory*. London: Zed Books, 44-62.
- Sarró, Ramon, Lima, Antónia Pedroso de, 2006, “Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica”, Antónia Pedroso de Lima, Ramon

- Sarró (orgs.), *Terrenos Metropolitanos: Ensaio Sobre Produção Etnográfica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 17-34.
- Shanin, Teodor, 1997, “The idea of progress”, Majid Rahnema, Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*. London: Zed Books, 65-71.
- Schapera, Isaac, 1928, “Economic changes in south african native life”, *Africa: Journal of the International African Institute*. 1 (2): 170-188.
- Schapera, Isaac, 1933, “The BaKxatla BaxaKxafêla. Preliminary report of field investigations”, *Africa: Journal of the International African Institute*. 6 (4): 402-414.
- Schapera, Isaac, 1935, “Field methods in the study of modern culture contacts”, *Africa: Journal of the International African Institute*. 8 (3): 315-328.
- Schapera, Isaac, 1956, *Government and Politics in Tribal Societies*. London: C. A Watts & Co.
- Schumaker, Lyn, 2001, *Africanizing anthropology: Fieldwork, Networks, and the Making of Cultural Knowledge in Central Africa*. Durham/London: Duke University Press.
- Seixo, Maria Alzira, 1997, “O livro e a viagem sem limites”, Maria Alzira Seixo (org.), *O Livro e a Viagem Sem Limites*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 8-40.
- Serrão, A. V., 2002, “O despertar da questão antropológica”, Manuela Ribeiro Sanches (org.), *A Invenção do Homem. Raça, Cultura e História na Alemanha do Século XVIII*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 11-26.
- Shakespeare, William, 1994 [c. 1600], *Julius Caesar*. London: Penguin.
- Shore, Chris, 1999, “Fictions of fieldwork: depicting the “self” in ethnographic writing (Italy)”, C. B. Watson (org.), *Being There: Fieldwork in Anthropology*. London: Pluto Press, 25-48.
- Silva, Teresa Cruz e, 1999, “A Missão Suíça em Moçambique e a formação da juventude: a experiência de Eduardo Mondlane, 1930-1961”, *Estudos Moçambicanos*. 16: 67-104.
- Silva, Teresa Cruz e, circa 1999, *Moçambique: um Perfil*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>)
- Silva, Teresa Cruz e, José, Alexandrino, 1991, “Eduardo Mondlane: pontos para uma periodização da trajetória de um nacionalista (1940-1961)”, *Estudos Moçambicanos*. 9: 73-122.
- Sluka, Jeffrey, 2007, “Fieldwork ethics”, Antonius Robben, Jeffrey Sluka (orgs.), *Ethnographic Fieldwork: an Anthropological Reader*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 271-275.

Sluka, Jeffrey, Robben, Antonius, 2007, "Fieldwork in cultural anthropology: an introduction", Antonius Robben, Jeffrey Sluka (orgs.), *Ethnographic Fieldwork: an Anthropological Reader*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 1-28.

Smart, Barry, 2002, "Teoria social pós-moderna", Bryan S. Turner (org.), *Teoria Social*. Lisboa: Difel, 405-436.

Souza, Marina de Mello e, 2016, "Nossa África", Simoni Mendes de Paula, Sílvio Marcus de Souza Correa (orgs.), *Nossa África – Ensino e Pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 104-113.

Sparks, Allistair, 1991, *The Mind of South Africa*. London: Mandarin.

Spencer, Dimitrina, 2010, "Emotional labour and relational observations in anthropological fieldwork", Dimitrina Spencer, James Davies (orgs.), *Anthropological Fieldwork: a Relational Process*. Newcastle: Cambridge Scholars, 1-47.

Sperber, Dan, 1992, *O Saber dos Antropólogos*. Lisboa: Edições 70.

Stalin, Josef V., 1954 (1928), "Against vulgarizing the slogan of self-criticism", *Works*. vol. 11. Moscow: Foreign Languages Publishing House (acesso em Marxist Internet Archive)

[<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1928/06/26.htm#1> ]

Stauder, J., 1980, "Great Britain: functionalism abroad. A theory in question", Stanley Diamond (org.), *Anthropology: Ancestors and Heirs*. The Hague: Mouton Publishers, 317-344.

Steiner, George., 1992, *No Castelo do Barba Azul: Algumas Notas Para a Definição da Cultura*. Lisboa: Relógio d'Água.

Steiner, George, 2002, *Gramáticas da Criação*. Lisboa. Relógio d'Água.

Steinmetz, George, 2004, "The uncontrollable afterlives of ethnography: lessons from 'salvage colonialism' in the German overseas empire", *Ethnography*. 5 (3): 251-288.

Steinmetz, George, 2013, "Major contributions to sociological theory and research on empire, 1830s-presente", George Steinmetz (org.), *Sociology & Empire: the Imperial Entanglements of a Discipline*. Durham/London: Duke University Press, 1-50.

Steinmetz, George, 2014, "Defensive anthropology", *Postcolonial Studies*. 17 (4): 436-450.

Stocking, George, 1968, "On the limits of 'presentism' and 'historicism' in the historiography of the behavioral sciences", *Race, Culture, and Evolution: Essays in the History of Anthropology*. New York: The Free Press, 1-12.

Stocking, George, 1968, *Race, Culture and Evolution: Essays in the History of Anthropology*. New York: Free Press.

Stocking, George, 1991a, “Colonial situations”, George Stocking (org.) *Colonial Situations*. Madison: The University of Wisconsin Press, 3-8.

Stocking, George, 2002, “Delimitando la antropología: reflexiones históricas acerca de las fronteras de una disciplina sin fronteras”, *Revista de Antropología Social*. 11: 11-38.

Taylor, Charles, 1998, “A política do reconhecimento”, Charles Taylor et al, *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 45-94.

Thornton, Roger J., Skalnik, Peter (orgs.), 1993, *The Early Writings of Bronislaw Malinowski*. Cambridge: Cambridge University Press.

Trouillot, Michel-Rolf, 1991, “Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness”, Richard Fox (org.), *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, 17-44.

Tucker, Vincent, 1999, “The myth of development: a critique of eurocentric discourse”, Ronaldo Munck, Denis O’Hearn (orgs.), *Critical Development Theory*. London: Zed Books, 1-26.

Tylor, Edward Burnett, 1871b, “Conclusion”, *Primitive Culture: Researches into the Development of Philosophy, Mythology, Religion, Art and Custom*. vol. II. London: John Murray, 401-410.

Van Teeffelen, T., 1978, “The Manchester School in Africa and Israel: a critique”, Stanley Diamond (org.), *Anthropology: Ancestors and Heirs*. The Hague: Mouton Publishers, 347-375.

Vattimo, Gianni, 1987, *O Fim da Modernidade. Nihilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-Moderna*. Lisboa: Editorial Presença.

Verde, Filipe, 2009, “Tambores de mortos? Sobre um estudo etnográfico da democracia em Ilhéus, a antropologia feita em casa e a falácia do apelo à crença”, *Anuário Antropológico*. 2009-1/2010: 265-277.

Vermeulen, Han, 1999, “Anthropology in colonial contexts. The second Kamchatka expedition (1733-1743) and the Danish-German Arabia expedition (1761-1767)”, Jan Van Bremen, Akitoshi Shimizu (orgs.), *Anthropology and Colonialism in Asia and Oceania*. Richmond: Curzon, 13-39.

Vermeulen, Han, Roldan, Arturo Alvarez (orgs.), 1995a, *Fieldwork and Footnotes: Studies in the History of European Anthropology*. London: Routledge.

Vico, Giambattista, 2005 (1744), *Ciência Nova*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Viegas, Susana Matos, 2007, *Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Coimbra: Almedina.

- Vieille, Victor, 1909, *La Femme Chrétienne: le Mariage Sanctifié*. Limoges: Ancienne Maison Dalpayrat & Depelley, Editeurs.
- Vincent, Joan, 1990, *Anthropology and Politics: Visions, Traditions and Trends*. Tucson: University of Arizona Press.
- Wallerstein, Immanuel, 2000, *O Albatroz Racista. A Ciência Social, Jorg Haider e a Resistência*. Porto: Afrontamento.
- Ward, Kevin, 2006, *A History of Global Anglicanism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weaver, Thomas, 2002, “Malinowski as applied anthropologist”, Thomas Weaver, (org.) *The Dynamics of Applied Anthropology in the Twentieth Century: The Malinowski Award Papers*. Electronic publication Archived June 8, 2009. Oklahoma City: Society for Applied Anthropology
- Weber, Max, 1983 [1905], *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Werbner, Richard, 1984, “The Manchester School in South-Central Africa”, *Annual Review Anthropological*. 13: 157-185.
- Werbner, Richard, 1996, “Multiple identities, plural arenas”, Richard Werbner, Terence Ranger (orgs.), *Postcolonial Identities in Africa*. London: Zed Books, 1-25.
- White, Hayden, 2005 (1976), “As ficções da representação factual”, Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 43-61.
- Wieviorka, Michel, 1999, “Será que o multiculturalismo é a resposta?”, *Educação, Sociedade e Cultura*. 12: 7-46.
- World Bank, 2012, *Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa - South-South Partnering for Growth*. Washington: World Bank, IPEA.
- Wright, Robin M., 1988, “Anthropological presuppositions of indigenous advocacy”, *Ann. Rev. Anthropol.* 17: 365-390.
- Zizek, Slavoj, 2004, “A tolerância repressiva do multiculturalismo”, *Elogio da Intolerância*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Zola, Émile, 2003 (1898), *J'Accuse!*. Paris: Gallimard.